



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento das seguintes respostas a requerimentos de informações aprovados por esta Comissão:

Aviso nº 192, do Ministério da Fazenda.

O Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, encaminha memorando elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em resposta ao Requerimento de Informações nº 37, de 2012, desta Comissão; a Requerimento nº 1.152, de 2012, que trata do Acórdão do Tribunal de Contas da União, o qual determinou à Secretaria do Tesouro Nacional o início da inscrição no cadastro de crédito de inadimplentes, cadastro informativo de créditos não quitados do setor público (Cadin), de todos os inadimplentes por multas aplicadas pelo Tribunal, relativamente às sanções impostas até a data da publicação da nova decisão normativa pelo TCU, no prazo de 30 dias da ciência do acórdão.

Aviso nº 79, subscrito pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, o qual encaminha respostas elaboradas pelo Diretor de Fiscalização do Banco Central sobre a inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público.

Da mesma forma, Ofício nº 94, da AGU, subscrito pelo Advogado-Geral da União, por Fernando Luiz Albuquerque Faria, o qual encaminha informações referentes ao Requerimento nº 39, de 2012, da CRA, e o Requerimento nº 1.154, de 2012, também sobre a inscrição no Cadastro informativo de créditos.

Ofício nº 362, de 2013, do Ministério da Agricultura, subscrito pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, o qual encaminha informações elaboradas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), sobre terras indígenas, referente ao Requerimento nº 15, de 2013.

Comunico que esta Presidência encaminhará os expedientes lidos aos gabinetes dos membros desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Srs. Senadores, esta reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos, que tem por finalidade, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de



audiência pública para discutir a concentração do mercado de sementes no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

Dr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); – à proporção que eu for anunciando, eu gostaria que o anunciado tomasse assento à mesa –; Sr. Pedro Lyra, Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Sr. Márcio Santos, Diretor de Gerenciamento de Produtos da Monsanto no Brasil; Sr. Reginaldo Minaré, Assessor da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; o Sr. Décio Lauri Sieb, Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Sr. Eduardo de Campante Santos, Assessor do Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

Eu perguntaria, em primeiro lugar, se os Senadores subscritores do presente requerimento desejam fazer qualquer tipo de manifestação antes que os nossos convidados façam suas respectivas exposições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois não. Um momentinho, Senadora.

Gostaria também de informar que, para cada um, uma média de 20 minutos está bom.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acho que 10 minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – É muito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É muito?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Quinze está de bom tamanho. Está faltando a Kátia ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tudo bem, 15. Se for necessário daremos mais alguns minutos de prorrogação. Dá para fazer a exposição, Presidente? Prorrogação por mais alguns minutos para concluir, logicamente, suas exposições.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero aproveitar a oportunidade, Presidente Benedito de Lira, para, como autora do requerimento, agradecer imensamente a presença de todos os palestrantes, especialmente do Dr. Maurício Lopes, Presidente da Embrapa, e dos demais. Por intermédio dele, agradeço a presença de todos os representantes das entidades e das empresas que aqui comparecem nesta audiência pública. Ela é decorrente de demanda vinda do setor produtivo da agropecuária brasileira, especialmente do setor da produção agrícola, em especial da produção de sementes.



Então, agradeço antecipadamente, como requerente desta audiência pública. Agradeço a iniciativa de V. Ex^a, como Presidente, por ter agendado para esta manhã este debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Jayme Campos para breve comunicação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, apenas quero me associar às palavras da ilustre e valorosa Senadora Ana Amélia. Esta audiência é meritória pelo fato de que teremos a oportunidade ímpar de esclarecer, com certeza, alguns questionamentos, sobretudo algumas demandas que o setor da agricultura e da agropecuária brasileira têm.

Cumprimento V. Ex^a e espero que esta audiência seja proveitosa e sobretudo esclarecedora em relação aos pontos sobre os quais todos nós, Senadores, teremos oportunidade de fazer as nossas indagações.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, um adendo ainda de V. Ex^a. Um dos idealizadores e inspiradores desta iniciativa foi o Deputado Federal do meu Partido, do nosso Partido, com muita honra, Presidente Benedito de Lira, Luiz Carlos Heinze. Ele sofreu um acidente automobilístico, teve que fazer uma cirurgia na mão e no braço, está ainda em licença médica por conta desse acidente. Esse é o motivo, imagino, da ausência do Deputado Luiz Carlos Heinze neste debate.

Então, faço questão de fazer a justificativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Iniciando nosso debate, concedo a palavra, em primeiro lugar, para o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa.

Com a palavra, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Bom dia a todos e a todas, cumprimento o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; cumprimento também a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme Campos, que são autores do requerimento para esta audiência pública que discute a concentração no mercado de sementes do Brasil. Também cumprimento os colegas do Cade, da Monsanto, da CNA, da Contag, da Abrasem aqui presentes neste debate.

Senador Benedito de Lira, eu gostaria de fazer uma apresentação bastante rápida com alguns eslaides, porque acho que nos facilita transmitir mensagem de maneira mais objetiva.

Eu gostaria de inicialmente falar algumas palavras sobre a importância desse segmento de genética, de melhoramento da indústria de sementes para a agricultura brasileira.



Eu sempre gosto de mostrar esse eslaide quando me perguntam quais foram os grandes avanços que permitiram essa revolução fantástica que aconteceu na agricultura brasileira nos últimos 40 anos. Costumo dizer que são três grandes avanços: o Brasil conseguiu transformar grandes extensões de solos pobres e ácidos em solos férteis; o Brasil conseguiu acessar recursos genéticos das mais variadas partes do mundo; e, através da genética, do melhoramento e da sua indústria de sementes, conseguiu criar uma base extremamente eficiente de cultivares, de tropicalização de cultivos. Além disso, o Brasil conseguiu desenvolver uma plataforma de práticas sustentáveis com uma fixação biológica de nitrogênio, o plantio direto e, mais recentemente, a integração lavoura-pecuária-floresta. Aqui está a base dessa grande revolução que o País construiu nos últimos 40 anos.

Em genética e melhoramento, vejam somente o impacto da tropicalização de cultivos, a tropicalização da soja, que, nos anos 60, estava concentrada só na parte sul do País por ser uma espécie de clima temperado, e rapidamente ela se expandiu por todo o País, tornando o Brasil um grande produtor, um grande exportador dessa oleaginosa.

O milho, que, nos anos 60, no Brasil, tinha três metros de altura. Vejam lá onde estava a espiga do milho nos anos 60, 70. Também com grande esforço de genética, de melhoramento, importação de recursos genéticos e tropicalização do milho, hoje nós temos o milho mais moderno do mundo, competindo com o milho produzido em qualquer outra parte do Planeta.

A maçã. O Brasil era importador de maçã nos anos 60, 70, e nós nos tornamos rapidamente grandes exportadores graças a um trabalho extremamente eficiente de desenvolvimento de novos recursos genéticos e melhoramento genético.

O café, com resistência a doenças, plantas mais adequadas, mais adaptadas; e um sem-número de outras espécies, como a uva, o guaraná, a mandioca, uma espécie tão simbólica para o Brasil, e o algodão colorido, produtos bastantes inusitados da nossa agricultura.

Então, a primeira coisa que eu gostaria de dizer, a primeira mensagem que eu deixo aqui para este debate é que, quando falamos na indústria de sementes e quando falamos nesse mercado, nós costumamos falar em algodão, arroz, milho, trigo, soja. Na verdade, esse segmento no Brasil vai muito além dessas *commodities*. Somente a Embrapa tem 80 programas de melhoramento genético. Eu listo todos eles aqui: cenoura, centeio, melancia, melão.

O setor público, as universidades, os institutos de pesquisa têm um papel absolutamente fundamental em garantir o avanço brasileiro nas mais variadas culturas. Somente de hortifruti, nós temos 70 espécies no Brasil.

Então, primeiro ponto: não podemos concentrar só na discussão de milho, soja e algodão, que são as grandes *commodities*, o grande peso da



agricultura brasileira, mas temos que lançar um olhar mais inteligente para a indústria de sementes no Brasil, imaginando esse conjunto muito amplo de espécies e de cultivo que estão na base do agronegócio no Brasil e da agricultura brasileira. Essa é a minha primeira mensagem, Senador Benedito de Lira.

O mercado de sementes, então, vai muito além dessas *commodities*. É fundamental a gente pensar como esse mercado evolui, como a gente cria um balanço entre o público e o privado, porque muitas dessas espécies dificilmente serão tratadas pelo setor privado. São espécies com menor valor no mercado, menor valor agregado. Se nós não tivermos universidades, institutos públicos operando com eficiência, certamente a nossa agricultura não será atendida do ponto de vista de nova genética, novos cultivares.

Mas nós temos também que lançar um olhar inteligente para as mudanças que estão acontecendo nesse mercado e que são substanciais. Eu tento localizá-las aqui em três dimensões, as grandes mudanças que nós observamos no chamado mercado de sementes e no mercado de genética e cultivares nos últimos 10, 15 anos.

Nós tivemos uma mudança drástica no arcabouço legal que está relacionado a esse mercado; nós tivemos uma mudança tecnológica extrema nos últimos 10, 15, 20 anos; e nós tivemos uma mudança muito drástica também nas estratégias mercadológicas, na maneira como as empresas operam nesse mercado. Eu gostaria de falar muito rapidamente das mudanças nessas três dimensões que afetaram tremendamente o mercado de cultivares e o mercado de sementes no Brasil.

Do ponto de vista do arcabouço legal, tivemos no final da década de 90 a aprovação da nova lei de patentes no Brasil, aprovação da lei de proteção de cultivares, a lei de biossegurança que, depois, foi revisada em 2005. Esse novo arcabouço legal teve um impacto muito grande na conformação do mercado de sementes no Brasil.

Tivemos, também, com o advento da nova biotecnologia, os transgênicos, as novas ferramentas da biologia moderna, o surgimento do mercado das cultivares transgênicas, que trouxeram uma quebra de paradigma para esse mercado, trouxeram uma mudança no comportamento das empresas e na conformação dos diversos atores que operam nesse mercado.

A combinação entre os dois primeiros fatores, a mudança no arcabouço legal e a mudança tecnológica geraram também uma mudança nas estratégias mercadológicas. Nós tivemos um processo muito forte de incorporação de empresas nas últimas duas décadas – isso é no mundo, não estou falando no Brasil. Houve um processo de incorporação extremamente forte em todo o mundo, isso não foi diferente no Brasil. Esse processo está muito centrado em aquisição e proteção de conhecimento, a chamada propriedade intelectual, e também uma mudança mercadológica, em que esse mercado começou a operar na lógica da integração vertical, na integração de soluções.



Quando falo em integração vertical – estou falando para as pessoas entenderem com facilidade –, é algo como se fosse um pacote da Microsoft. Quando você compra um pacote da Microsoft, você compra o Word, o PowerPoint, o Excel, vem tudo junto. Então, se você comprou um, vai acabar usando os outros. Essa é mais ou menos a lógica da integração vertical que se usa nesse mercado e em outros mercados.

Um ponto importante para discussão também é que os altos custos do processo de desregulamentação e viabilização comercial de produtos da transgenia, os chamados transgênicos, tendem a manter um pequeno número de empresas nos mercados que são intensivos nessas tecnologias. E a razão é simples, é o custo de desregulamentação, o custo de desenvolvimento dessas tecnologias é extremamente alto. Obviamente, permanecerão no mercado aquelas empresas que têm a capacidade econômica, que têm a estrutura, que têm o modelo de negócio que comporta esses custos e essa complexidade.

A indústria tende a proteger as suas invenções. Ela tem que protegê-las. É natural que as grandes empresas que fazem grandes investimentos lancem mão de estratégias para proteger o seu investimento e para garantir o retorno a esse investimento, e elas usam praticamente dois modelos de proteção: um modelo fortemente centrado em proteção da propriedade intelectual, com a combinação de proteção de cultivares e patentes, e também usa uma estrutura contratual baseada na integração vertical. E essa combinação permite a essas empresas buscarem o retorno para o seu investimento. Não há absolutamente nada errado com isso. As empresas estão absolutamente certas em buscar mecanismos que garantam a ela o retorno do grande investimento que fazem.

Acho importante também trazer para essa discussão, Senadora Ana Amélia, uma estratégia que as grandes corporações têm usado para aumentar a meia vida das suas tecnologias. Elas têm trabalhado muito em associação. As grandes *players* desse mercado, as grandes empresas têm lançado mão dessas estratégias de licenças cruzadas. Elas desenvolvem uma tecnologia, licenciam muitas vezes para o seu concorrente. Empresas que estão em litígio por causa de uma determinada questão estão colaborando e cooperando no mercado. Aqui é um caso típico de “*coopetition*”, empresas que estão ao mesmo tempo cooperando e competindo. Então isso está se tornando muito comum nesse mercado.

Essa é uma forma de as empresas protegerem o capital intelectual que têm, a proteção intelectual que têm, e criarem um novo mecanismo de relacionamento entre os competidores. Obviamente isso faz também com que se torne um pouco mais difícil para outros atores entrarem e participarem nesse mercado, porque aqui é um jogo de atores pesados, com uma capacidade econômica muito forte.

Então essa realidade tem um peso na forma como esse mercado se configura e na forma como esse mercado evolui.



Um pouquinho de preocupações para o futuro. Acho que são questões importantes para trazer aqui para essa discussão.

Nos mercados dinâmicos das grandes *commodities* – aqui estou falando de soja, algodão e milho – há uma tendência, por tudo isso que eu tentei mostrar aqui, rapidamente, em alguns eslaides, de concentração em um pequeno número de corporações, que são aquelas que têm capacidade de lidar com a escala de investimentos, os modelos de negócios dominantes, que são intensivos em propriedade intelectual e intensivos em integração vertical. Não é toda empresa que consegue transitar nesse ambiente. Então, há uma tendência natural de concentração.

O equilíbrio público privado, que é importante nesse mercado, nesse segmento de genética, de recursos genéticos, de melhoramento, fica comprometido, obviamente. Há o rápido desaparecimento de pequenas e médias empresas e de algumas grandes empresas. Estamos falando aqui do desaparecimento de grandes corporações nesse processo de integração. Por exemplo, a Agrocere, uma empresa tradicional do Brasil, desapareceu nesse processo. Então, há empresas de sementes em todo o mundo se tornando rarefeitas no mercado. O elo entre o setor público e o setor privado se enfraqueceu e, muitas vezes, desapareceu.

É importante lembrarmos aqui o seguinte: empresas públicas não levam as suas cultivares diretamente ao mercado. A Embrapa não comercializa sementes. A Embrapa comercializa genética, licencia seus ativos para empresas privadas, que, aí sim, os levam ao mercado.

Quando empresas privadas desaparecem ou quando o mercado se torna muito rarefeito, o setor público perde o seu elo com o setor produtivo. Esse é um fato que está ocorrendo não só no Brasil, mas também está acontecendo em várias outras partes do mundo.

Esse equilíbrio público privado comprometido é uma preocupação que temos que colocar no nosso radar. São enormes os desafios para implementação, no âmbito do setor público, de modelos de negócios compatíveis com a dinâmica, com a competitividade desse novo mercado de sementes. Quando nós temos um mercado rarefeito, com poucas empresas e/ou pouca ou nenhuma presença do Estado, nós, então, produzimos vulnerabilidades.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu já vou terminando.

E temos que lembrar o seguinte: o Brasil é um País complexo, diverso, plural. Por consequência, a nossa agricultura é complexa, diversa e plural. Manter a diversidade de alternativas é absolutamente necessário para uma agricultura como a nossa. Há o risco, por exemplo, de redução e eventual eliminação na oferta de materiais genéticos, que são importantes para uma agricultura que ainda está em transição.



Eu mostro esse mapa aqui, da produtividade do milho no Brasil. A produtividade média, hoje, é em torno de quatro mil quilos por hectare, e nós temos áreas que produzem oito, dez, doze toneladas. Então, há um espaço enorme ainda para avanço, para transição dos agricultores de uma situação ainda de baixo uso tecnológico para alto uso tecnológico. Nós temos que ter muitas alternativas, uma grande oferta de soluções tecnológicas que atendam todo esse grupo de agricultores.

E temos também mercados novos: o mercado de orgânicos, os agroecológicos, mercados alternativos. Seria importante ter escolhas para esses demandantes. A retirada do setor público aqui pode levar a vulnerabilidades, e eu cito algumas. Programas públicos, usualmente, investem em pesquisa de maior risco, de médio e longo prazo, procuram antever e responder a oportunidades, a desafios que estão, muitas vezes, longe no tempo cinco, dez, quinze anos adiante.

Eu cito aqui mudanças climáticas, segurança biológica, melhoramento preventivo. Nós temos que começar a fazer melhoramento genético, agora, para pragas que podem chegar ao Brasil, em cinco, dez, quinze anos adiante. O setor privado, dificilmente, vai fazer esse investimento. Nós temos que garantir que um setor público bem organizado e eficiente esteja antevendo riscos e novas oportunidades e trabalhando na busca de alternativas, para que tenhamos respostas quando esses problemas chegarem.

Que alternativas nós temos? Quando o mercado é pouco desenvolvido, nós temos que pensar políticas públicas para desenvolvê-lo. E quando o mercado acumula distorções, nós temos que pensar políticas públicas para modular esse mercado.

Eu não estou aqui criticando as empresas. Eu acho que as empresas são extremamente importantes para o Brasil. As grandes corporações são extremamente importantes, trouxeram contribuições fundamentais para o avanço da agricultura brasileira. A questão aqui é de balanço, é de equilíbrio. Eu acho que não seria interessante para ninguém ter uma situação de grande concentração num segmento que é tão importante e tão crítico para a agricultura brasileira, que se tornou pilar da nossa economia. Nós temos que pensar em alternativas como essa que a Embrapa está buscando desenvolver.

Nós iniciamos, agora, um empreendimento com a Unicamp para desenvolver no Brasil o autóctone de um *pipeline* de desenvolvimento de ativos de base biológica, novos genes, novos promotores, que vão dar condições ao Brasil de ser um *player* nessa área de desenvolvimento tecnológico, da biologia moderna, da moderna biotecnologia. E a Embrapa também está buscando lançar mão de novos mecanismos. Exemplo disso é Projeto de Lei do Senado nº222, que nos permite criar a Embrapatec, uma subsidiária integral da Embrapa, para que ela possa operar nesses mercados, muito dinâmicos e muito competitivos, com maior grau de liberdade, com maior eficiência. Assim, poderemos trabalhar em



inovação aberta com as grandes empresas, dialogando de igual para igual, e poderemos lidar com modelos complexos de contratos, propriedade intelectual.

O setor público precisa lançar mão desses novos mecanismos, precisa aprimorar os seus mecanismos, se quisermos ter um setor público funcional, competitivo, dando contribuições para que o Brasil tenha uma situação, digamos, mais equilibrada nesse segmento extremamente fundamental para o futuro da agricultura brasileira.

A minha mensagem aqui é que, sim, as grandes corporações são importantes, os avanços da biotecnologia são extremamente importantes, mas nós temos de trabalhar equilíbrios e balanços, porque isso também é importante para o futuro da agricultura brasileira.

Quero de novo agradecer a oportunidade, Senador, de participar dessa importante discussão no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradecemos ao Dr. Maurício pela sua concepção e excelente exposição.

Dando sequência ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu só não deixaria passar, como requerente, ao destacar a excelência da exposição do Dr. Maurício, que o Dr. Maurício por duas vezes falou que temos de dar um olhar mais inteligente sobre o panorama genético das cultivares e das sementes, dizendo que não precisamos nos concentrar em milho, soja e algodão, que são as *commodities* de peso na economia.

A brincadeira que não posso deixar de fazer: foi pouco inteligente chamá-los aqui para tratar dessa questão, Dr. Maurício, porque penso que a exposição que V. Sª fez abriu um entendimento melhor sobre o assunto. Abriu sim. Então, espero que o motivo não tenha sido pouco inteligente.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Não, absolutamente não, Senadora. Se foi essa a impressão que eu passei, esclareço que não foi absolutamente a minha intenção dizer que a ideia do debate é pouco inteligente. O que eu quis dizer, na verdade, é que o debate, hoje, não só no Brasil, mas no mundo como um todo, está muito centrado em algumas poucas opções, em algumas poucas *commodities*. Muito centrado aí.

Sempre que discutimos esse assunto, vem à tona a questão da moderna biotecnologia, das grandes *commodities*, e, na minha visão, esse não é o caminho mais inteligente de se tratar a questão. Temos de lançar um olhar mais amplo a todo esse segmento, olhar recurso genético, biotecnologia, melhoramento genético, numa visão mais ampla desse segmento. Mas, por favor, não entenda que eu tenha caracterizado este debate aqui como um debate pouco inteligente ou uma ideia pouco inteligente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.



O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Aliás, muito inteligente a ideia de trazer esse debate para o Senado. Eu a parabenizo pela iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela intervenção.

Concedo a palavra, dando sequência, ao Sr. Reginaldo Minaré, Assessor da Presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O que é mais interessante é que a presidenta se encontra no plenário.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Agradeço a oportunidade e cumprimento, em nome de V. Exª, os Senadores que compõem esta Comissão; cumprimento também os colegas que estão participando desta audiência pública. Procurarei ser um pouco breve na minha apresentação, porém de uma forma mais pragmática e talvez até um pouco árida para tratar desse assunto.

A semente melhorada é uma ferramenta da revolução verde, fundamental para o desenvolvimento da agricultura, como bem colocou o Presidente da Embrapa e também para o trabalho dos agricultores. O agricultor depende efetivamente da semente, depende do fertilizante, depende do defensivo agrícola, de máquinas, depende de mão de obra.

Então, ele lança mão de uma série de ferramentas que não desenvolve. Ele é um usuário desse complexo, desse aparato que lhe é oferecido para produzir dessa ou daquela maneira. Então, ele faz a opção por produzir determinada cultura, faz a opção por produzir utilizando determinado método, podendo ser uma tecnologia transgênica, a tecnologia convencional, a tecnologia orgânica. Ele tem essa liberdade de atuação e de escolha de acordo com as suas planilhas de custos e a sua vocação de trabalho.

Não faz muito tempo esse mercado de sementes especificamente foi regulamentado, e não foi uma regulamentação que se iniciou por vontade específica do Governo brasileiro. Foi uma regulamentação que veio para adaptar a estrutura normativa do Brasil aos compromissos internacionais que o Brasil assumiu.

Então, num primeiro momento temos o tratado de propriedade intelectual, TRIPs, e nesse tratado está dito que os membros concederão proteção a variedades vegetais, seja por meio de patentes, seja por meio de um sistema *sui generis* eficaz, seja por meio de uma combinação de ambos. Especificamente para a proteção das cultivares o Brasil optou por um sistema *sui generis*. Para regulamentar o TRIPs, a Lei de Propriedade Industrial, a Lei nº 9.279, de 1996... Coloquei-a aqui porque ela terá uma relação quando se tratar dos transgênicos. Então, em 96 houve essa regulamentação, já em 1997, houve a Lei de Proteção de Cultivares, que seguiu o compromisso internacional que o Brasil firmou mediante a UPOV, na sua versão de 1978.



A Lei de Proteção de Cultivares prevê a isenção para uso próprio das sementes. Ela diz que: “não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que reserva e planta semente para uso próprio”.

A Lei de Propriedade Industrial não tem essa previsão. Nesse caso específico, a inovação tecnológica ia introduzir um elemento que, embora legítimo, desperta certa resistência perante a cultura de diversos agricultores.

O agricultor, em geral, até o advento da biotecnologia moderna, comprava a semente no mercado e, após a sua colheita, poderia reservar parte dos grãos que colheu para plantar a sua lavoura no ano seguinte. E, diante dessa situação, a lei o isentava de recolher os *royalties* para os obtentores. A Lei de Patentes não serve para proteger as cultivares. Até a biotecnologia moderna, utilizava-se apenas a Lei de Cultivares. Com a biotecnologia moderna, usa-se a tecnologia para fazer a transformação genética daquela variedade. A variedade é desenvolvida como uma variedade convencional, depois coloca-se a tecnologia genética. Pode ser dessa forma. A Lei de Patentes não prevê essa isenção para uso próprio. Então, o agricultor que estava acostumado a plantar soja e não ir posteriormente ao mercado comprar a semente usava sua semente, o grão que ele salvou. E, aí, a produtividade vai da escolha do agricultor: se ele quer uma semente mais produtiva ou não. Então é a planilha de custos dele que vai determinar. Com o advento da tecnologia moderna, mesmo ele salvando aquelas sementes, não está isento de pagar os *royalties* para o proprietário da patente daquela tecnologia que ele está utilizando na sua lavoura.

Muito bem, a CNA tem trabalhado de forma muito enfática em defesa do direito de propriedade, principalmente direito de propriedade da terra, diante de situações que estão ocorrendo no Brasil já de longa data. Então, não é coerente que a CNA relativize também o direito de propriedade. Com a mesma ênfase que defende o direito de propriedade da terra, a CNA está defendendo o direito de propriedade.

Porém, tanto o direito de propriedade da terra quanto o direito de propriedade individual tem algumas limitações legais. Como direito de propriedade da terra temos a questão relacionada ao uso social da terra; temos a questão ambiental, que exige que o agricultor deixe de utilizar a área de sua propriedade para fins de conservação. Por exemplo, na Lei de Proteção de Cultivares há um mecanismo que, no caso de abuso do uso dessa propriedade intelectual, permite ao usuário lançar mão do Cade para dirimir essa controvérsia.

No art. 36 da Lei 12.526 estão as ações que constituem infração de ordem econômica. Então, ocorrendo esses casos específicos, o Brasil tem essa ferramenta à disposição para recorrer ao Cade caso seja necessário. Então, a estrutura normativa está aí, assim como na Lei de Patentes também há a previsão da licença compulsória.

Portanto, a estrutura normativa de que dispomos hoje está concentrada para essa área de semente na Lei de Proteção de Cultivares e na Lei



de Patentes com essas ferramentas que limitam o excesso, o abuso do direito do uso da propriedade.

A CNA tem trabalhado com a linha do entendimento, da negociação nesse caso do estabelecimento, especificamente, de precificação dessas tecnologias. A CNA tem buscado o entendimento para não judicializar essas questões, até porque não é o mercado de semente o único mercado concentrado nessa área de agricultura.

Situação semelhante temos na área de agrotóxicos; situação pior temos na área de fertilizantes; e situação pior ainda temos na área do pós-porteira – área de distribuição dos supermercados, área de frigoríficos. Então, é uma característica não só do mercado de sementes, mas também de todo o segmento. Se for judicializar, efetivamente ficará o corpo da CNA praticamente destinado a promover ações judiciais.

Então, de um lado, busca-se o entendimento; do outro, busca-se estudar não casos concretos dessa ou daquela empresa, dessa ou daquela tecnologia, mas, sim, a estrutura do mercado que hoje temos, assim como se fez a estrutura no caso da Lei do Meio Ambiente, do Código Florestal; assim como recentemente se estudou a estrutura da Lei dos Portos e não apenas essa ou aquela ação de determinado terminal portuário.

A CNA vem propondo as suas alternativas, embora não dependa da instituição o estabelecimento dessas alternativas, porque tudo passa por um conjunto de normas e depende do Poder Executivo, depende do Poder Legislativo. Em boa medida, a CNA vem sendo atendida nessas áreas que ela já estudou atentamente e em que já propôs as suas alternativas.

Na área de agrotóxicos, a CNA já tem um trabalho bastante avançado, já tem uma posição definida, e a solução também não depende especificamente da CNA. A solução que se proporá depende do Poder Executivo e também dependerá do Parlamento.

O mercado de sementes é globalizado e competitivo, semelhante ao dos produtos fitossanitários e fertilizantes. E aqui há uma peculiaridade que também atinge essas outras áreas. Obter, multiplicar e distribuir sementes é uma atividade complexa e cara e exige um investimento fabuloso.

Temos a informação de que uma empresa de semente investiu na região de Catalão R\$2 bilhões, aproximadamente, para a construção de uma planta de produção de sementes, para a construção de uma única planta de semente. É quase o orçamento anual da Embrapa. A Embrapa nunca teve um aporte semelhante para desenvolver determinada tecnologia. Pesquisei os orçamentos da Embrapa e não há nada parecido na história, pelo menos no Siafi não encontramos.

Então, o mercado exige mão de obra especializada, laboratório, área experimental para desenvolvimento de linhagens, área para a seleção da variedade e multiplicação das sementes na escala necessária, estrutura de



divulgação e venda, rede de distribuição, assistência técnica, e financiamento ao produtor. Isso é o que há hoje na estrutura de mercado de sementes. Então, não é uma área que, pela sua característica, permite que pequenas empresas iniciem e tenham sucesso.

Para desenvolver uma variedade convencional, colocá-la no mercado, registrar, multiplicar, vão-se aí, na melhor das hipóteses, cinco anos, seis anos. E a pessoa ter o aporte financeiro para manter a despesa de uma empresa até começar a gerar lucros dentro dessa estrutura e competir com grandes empresas é praticamente inviável. Acho que nenhum empreendedor, em sã consciência, vai aportar o seu capital nesse mercado. Por isso, como muito bem falou o Presidente da Embrapa, é um mercado para grandes corporações.

Por outro lado, uma empresa que tem condições de desenvolver uma variedade e nela introduzir uma transformação genética, por que iria colocar no mercado uma variedade convencional também?

Então, além da questão da estrutura de produção, você tem a outra tecnologia, que é a biotecnologia moderna. As empresas que investem em biotecnologia moderna querem vender sementes que contenham a biotecnologia moderna. Pedir para que não seja dessa forma é como chegar para a Apple e falar: coloque o seu iPhone no mercado brasileiro, mas não queremos com esse ou aquele componente tecnológico para diminuir custos ou facilitar o acesso. Não é recomendável esse tipo de situação. No mercado, cada empresa tem o seu perfil e desenvolve os seus produtos dentro daquilo que quer ofertar ao mercado. O agricultor e qualquer outro consumidor são livres para escolher essa ou aquela situação.

Então, o mercado efetivamente é um mercado concentrado, semelhante a outros mercados de insumos para agricultura. Aí temos algumas reflexões ao longo das quais vamos estudando a estrutura desse mercado.

A Embrapa é uma empresa de excelência na área de obtenção de variedade. Ela precisa ter padrão de excelência semelhante para ser inserida em um mercado tão competitivo. A marca da Embrapa já está consolidada no mercado. Interessa ao Brasil a criação de uma empresa de capital misto ou não para distribuir e vender produtos desenvolvidos pela Embrapa? É uma questão em que o Brasil tem que pensar. Não é só, como o Presidente da Embrapa falou, a questão da soja, do milho. Você tem toda essa área de olericultura, tem uma série de outros universos da agricultura que necessitam desse insumo de boa qualidade para competir no mercado.

Há uma fatia no mercado a que chamamos de mercado de butique da agricultura, a que o Brasil pouco tem acesso. São frutas de qualidade, exportação de grande qualidade, forma de produção, conceito de regularidade na produção.

Em uma viagem aos Estados Unidos perguntei em diversos restaurantes por que não havia o peixe da Amazônia no cardápio. O dono de um



restaurante me respondeu de forma bastante inteligente. Ele falou: gostaria muito de ter o peixe da Amazônia no meu cardápio, mas eu tenho que desenvolver um prato e colocá-lo no cardápio e tê-lo sempre que o cliente vier ao meu estabelecimento para adquirir. Eu não tenho fornecedor regular.

Então, esse conceito de regularidade é fundamental para ocupar esse nicho de mercado que poderia ser chamado de mercado de butique, que é muito promissor e tem uma fatia bilionária para ser explorada.

Interessa ao Brasil o fortalecimento de instituições como a Coodetec, Fundação Mato Grosso, Instituto Mineiro de Agropecuária, para competir nesse mercado? E aí volta a seguinte questão. A Embrapa é uma empresa de excelência na área de obtenção de variedade convencional, todavia não tem condições de competir com as multinacionais no campo da biotecnologia moderna. Interessa ao Brasil que a Embrapa desenvolva essa competência?

E não sou eu que estou criticando a Embrapa. Basta olharmos as atas de trabalho da comissão técnica nacional de biossegurança que aprova os eventos de transformação genética que não vamos ver a presença da Embrapa com frequência colocando produtos para a CTNBio avaliar seu uso comercial. É sinal de que a Embrapa não tem esses produtos, senão, estariam lá.

Então, analisando isso, vemos perfeitamente que a Embrapa é uma grande competidora, mas, nessa parte de biotecnologia, ela não chega ao pódio. E com esse orçamento que ela tem não chegará nunca. Ela tem pesquisadores brilhantes, conheço vários, sou amigo de vários, porém eles têm essas limitações. Como falei, para a construção de uma planta aqui em Catalão para produzir semente, uma multinacional investiu R\$2 bilhões. A Embrapa nunca teve esse recurso para desenvolver uma linha efetiva de tecnologia.

O Brasil, nesse caso da biotecnologia moderna, precisa também fazer o mea-culpa. Não pode satanizar quem desenvolveu essas tecnologias. O próprio setor político e o Governo brasileiro foram lentos para tomar decisão. O partido que hoje está no Governo foi radicalmente contra o investimento do Brasil nessa área. O governo que estava atuando foi frágil na sua firmeza de aportar recursos da Embrapa para que, lá no ano de 94/95, ela tivesse recursos para competir e produzir tecnologia competitiva, não ficando atrás no mercado como está hoje. Então, temos essas reflexões também nos estudos que elaboramos sobre essa área.

A CNA está desenvolvendo estudos sobre os mercados de insumos no Brasil. Todavia, uma mudança na configuração de mercados consolidados exige atuação do Estado, que precisa definir objetivos políticos, realizar as distribuições de competências adequadas, de forma clara, e fazer a alocação orçamentária necessária.

Poderíamos dizer que, para esse campo da agricultura, cabe para agrotóxicos, fertilizantes e diversos outros insumos, inclusive para mão de obra. Hoje, para pilotar, trabalhar com uma colheitadeira de precisão, não dá para ter só



o ensino médio, não dá para a pessoa assinar o nome e subir numa colheitadeira. Vemos determinadas situações que assustam. O agricultor, às vezes, tem ciúmes de deixar a camioneta de R\$140 mil para um funcionário dirigir, ou até para a sua esposa e filho, mas ele contrata alguém que não tem qualificação para dirigir uma colheitadeira que vale mais de cinco vezes aquela camioneta.

Então, toda essa estrutura, penso, estaria dentro de uma política agrícola que não se resume em crédito. Crédito é um pequeno apêndice, um pequeno capítulo do que seria uma estrutura de política agrícola. Nós temos uma política, hoje, que é do período do Presidente Fernando Collor. É muito conceitual, não é uma lei pragmática, não é uma lei prática, não está efetivamente atualizada e, pelo que temos visto, pelo menos para a área de insumos, ela não contribuiu muito.

Essa discussão, Senadora Ana Amélia, relacionada à concentração de mercado é fundamental que esta Comissão faça estudos profundos e proponha, efetivamente, ações não para prejudicar ou inibir determinado desenvolvimento tecnológico, mas, sim, para conseguir colocar o mercado brasileiro numa posição de equilíbrio estratégico.

Nesse universo, não dá para não deixar de pensar nos bancos de germoplasma. A Embrapa precisa de um aporte de recursos fantástico. Hoje em dia, banco de germoplasma é capital, é capital seguro. Então, a Embrapa precisa ter esses aportes. A estrutura da política agrícola brasileira precisa mudar profundamente, especificamente no caso dos insumos.

Era essa a minha contribuição. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós agradecemos a manifestação do representante da Confederação Nacional da Agricultura.

Dando seguimento, eu concedo a palavra, agora, ao Sr. Márcio Santos, Diretor de Gerenciamento de Produtos da Monsanto.

Tem a palavra.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Antes de tudo, eu gostaria de agradecer pelo convite, pela presença; à Senadora Ana Amélia, pelo requerimento, e, em sua pessoa, cumprimento todas as demais autoridades e convidados presentes aqui.

Eu gostaria de me apresentar. Como foi dito pelo Senador, eu represento a Monsanto, mas sou engenheiro agrônomo de formação. Minha família tem uma profunda ligação com a agricultura há muitas décadas. Eu também sou produtor rural.

Eu acredito que o Dr. Maurício e todo o pessoal que me antecedeu falou muito bem sobre a estrutura de mercado, o marco regulatório, as leis. O que eu quero trazer aqui é uma visão muito rápida da introdução de tecnologias ao longo dos últimos anos, o que isso trouxe para a sociedade brasileira e onde



acreditamos que, respeitosamente, se encaixa e qual o nosso papel dentro desse negócio todo.

Eu queria começar fazendo uma reflexão. Eu não vou entrar em todos os detalhes. O material vai estar disponível para todos.

Esse mercado, do início dos anos 90 para cá, até hoje, mudou bastante. Vou colocar ênfase na cultura da soja como exemplo. Acredito, como disse o Dr. Maurício, que precisamos ter um olhar mais amplo, mas aqui, se vocês me permitirem, quero pegar uma cultura como exemplo e trazer o que aconteceu ao longo dos últimos anos.

Saímos de um mercado onde a gente tinha poucas variedades, um produto de qualidade produtiva menor, uma estrutura de produção completamente diferente do que é hoje, com mais plantas por hectare, uma área menor, uma produtividade menor e chegamos hoje a uma produtividade maior, a uma área que triplicou nos últimos 30 anos, o que fez, como dito antes já pelos que me antecederam, o Brasil se tornar uma potência nessa cultura soja, assim como em várias outras, como é do conhecimento de todos.

Mas o que aconteceu ao longo desses anos e que condicionou a isso? Eu não vou entrar, como disse, na estrutura de mercado, no marco regulatório todo, mas eu queria trazer alguns dados para oferecer um ponto de vista sobre essa discussão da estrutura ou concentração ou não de mercado.

Uma primeira mudança essencial que existiu no mercado – e eu trago aqui um dado de uma consultoria pública, a Kleffmann –, ao longo dos últimos anos, o que vocês podem notar na primeira barra da esquerda, são as empresas que existiam no mercado há 13 anos, na safra 1999/2000. Todas que estão em azul eram as empresas que estavam no mercado. Se olharmos 13 anos depois, as empresas que estavam no mercado são responsáveis hoje por menos da metade do mercado, ou seja, um grupo muito grande de empresas entrou nesse mercado a partir da melhor estruturação e de todo aquele marco regulatório que foi colocado pelos que me antecederam. Saímos de 12 para 30 empresas presentes nesse mercado hoje em dia. Com isso, cresceu o número de variedades oferecidas ao produtor.

O produtor hoje saiu de um volume muito limitado de variedades, de variedades adaptadas a poucas regiões do País para um número muito grande de variedades. Nas barras que vão da esquerda para a direita, V. S^{as} podem observar que saímos de um mercado que, entre 99 e 2001, tinha 100 variedades para, nos últimos dois anos, um lançamento de mais de 300 variedades. E o detalhe: a metade desses produtos, como pode ser visto nas barras em tons de preto, é oferecida por empresas que não estavam no mercado há dez. As empresas que estavam no mercado são das barras azuis para baixo; as empresas em tons de cinza não estavam no mercado, ou seja, são novos entrantes, são novas empresas, trazendo novas opções, mais alternativas para o produtor.



Ao longo desse tempo, tivemos também, como já foi mencionada pelos que me antecederam, a introdução da biotecnologia. E a introdução da biotecnologia no Brasil, quando a Monsanto trouxe a biotecnologia, em parceria com vários elos dessa cadeia, isso foi feito na forma de um mercado aberto, de um licenciamento amplo, o que fez com que mais empresas pudessem entrar na mesma plataforma tecnológica e aumentassem opções para o produtor. Isso fez com que o produtor pudesse comparar os sistemas produtivos e ele, produtor, livremente, adotar a tecnologia que lhe conviesse. O direcionador desse mercado como um todo é o produtor, e isso fez com que o mercado adotasse as novas tecnologias muito rapidamente, por enxergar os benefícios dessas tecnologias.

Por consequência – e aqui temos representantes de várias entidades, inclusive da indústria de semente – o número de variedades de sementes aumentou muito em todas as tecnologias. Se a gente compara a barra azul claro do lado esquerdo do eslaide (variedades com a biotecnologia) com a barra azul escura (variedades convencionais) notamos que, ao longo dos anos, a oferta das duas plataformas vem sendo feita de maneira consistente, o que traz uma consequência, que é uma renovação mais rápida das variedades no mercado. Ou seja, estão sendo lançados mais produtos. Adotados mais rapidamente pelo produtor, esses produtos têm saído mais rápido do mercado, o que faz com que o produtor tenha mais opções. Essa é a consequência.

Há dez anos, o ciclo de vida médio de uma variedade era de doze anos; ao longo dos últimos anos, chegou a cinco anos, porque o produtor troca mais rapidamente, tendo mais opções.

Esses outros dados, nos dois eslaides que seguem – e pretendo fechar bastante rapidamente a minha participação – são também divulgados pela consultoria Céleres que mostram os benefícios obtidos por toda a cadeia com a introdução da moderna biotecnologia, como foi falado.

Este é um dado do ano passado: o acumulado até 2012 dos benefícios gerados pela biotecnologia ultrapassava US\$18 bilhões. E o ponto importante é que, desses US\$18 bilhões, 80% ficou com o produtor, sendo 50% através de ganhos de produtividade e 30% de redução de custo de produção. E os 19% remanescentes foram distribuídos para os diversos elos da cadeia, que o colega da CNA, muito brilhantemente, apresentou, que vão desde a produção, a multiplicação, a distribuição, o financiamento ao produtor rural.

Isso se traduz também num benefício para toda a sociedade, através de um benefício para o meio ambiente, seja em redução do volume de água utilizado na agricultura, do CO₂ – e imagino que a maioria desses dados vocês conheçam –; são benefícios extremamente significativos para o nosso País que a agricultura, mais uma vez, está trazendo – esse dado também foi trabalhado pela Consultoria Céleres.

Para tentar sumarizar, os benefícios permeiam toda a cadeia.



O produtor teve uma redução de custo de produção, teve um aumento da produtividade, tem mais opções hoje na sua mão.

O consumidor teve um abastecimento na sua indústria, seja na indústria humana, seja na indústria animal.

Com relação aos preços, houve um impacto significativo, que eu vou mostrar num eslaide mais à frente.

Alimentos mais nutritivos: para toda a economia, a produtividade beneficiou, e para o meio ambiente, como eu acabei de falar.

Isso é um sumário do que aconteceu.

E eu queria trazer uma visão do que ainda está pela frente.

Eu não tenho a pretensão de que vocês entrem em todos os detalhes deste quadro, mas que peguem o conceito dele: cada linha dessas é um evento da moderna biotecnologia submetido para a avaliação da CTNBio.

Na segunda coluna, as empresas que estão submetendo esses eventos. Vocês podem notar que há, ao longo dos últimos anos, um aumento; as marquinhos em verde mostram que, ao longo dos anos, está havendo um aumento não só de eventos submetidos, mas de participantes desse mercado, trazendo moderna biotecnologia. Isso significa estrutura de mercado, que esse mercado se organizou e, como bem colocado antes, viabilizou investimento, e agora está trazendo esse investimento que, no fim do dia, vai se reverter em mais opções para o produtor rural.

Isso aí é público, é da CTNBio, e reflete a situação que nós temos hoje. Hoje são mais de 12 produtos em avaliação pela CTNBio.

Por consequência, houve um investimento maciço, como foi citado também agora há pouco, no desenvolvimento da estrutura, para que esses produtos da biotecnologia cheguem ao produtor.

Esse é um exemplo das estações de desenvolvimento de variedades. De germoplasma de soja, em 2000 – são dados públicos das empresas –, o Brasil contava com 15 estações de melhoramento. Hoje são 49 estações de melhoramento dispostas em todas as fronteiras agrícolas do País, por todas as empresas, como a gente pode notar. Foram citadas aqui as diversas empresas que estão nesse mercado fazendo um investimento extremamente significativo para desenvolver variedades, para trazer mais opções para o produtor rural que, no fim do dia, é quem dita o que as empresas vão fazer. Porque a empresa não vai produzir aquilo que o seu cliente não quer comprar.

Por consequência disso tudo, nós nos tornamos essa potência em soja, saímos de 15 milhões de toneladas em 82/83 para 80 milhões de toneladas. Como foi falado, um somatório de fatores, fertilizantes, máquinas, estrutura de mercado, tudo isso contribuiu – e a semente se encaixa dentro disso, respeitosamente, como uma parcela. Foram 460% de aumento, com 70% de aumento na produtividade, fazendo com que o Brasil se tornasse o que se tornou em soja.



E também nesse exemplo da soja, assim como diversos outros alimentos – esse é um dado da consultoria MB Associados –, esse é o índice soja na linha pontilhada, e o índice da cesta de alimentos está na linha em verde. Como vocês podem notar, a soja, assim como outros produtos, auxiliou na redução do custo do alimento para o consumidor.

Então, o que eu gostaria de trazer e deixar para vocês é isso. Acreditamos que a estrutura de mercado tem viabilizado opções ao produtor. O produtor rural no Brasil hoje tem adotado essas opções livremente, por entender que essas opções trazem um benefício para ele. E, quando não trazem, ele simplesmente não adota. Essa estrutura de mercado fez com que saíssemos de um ambiente de poucas empresas, poucas opções, dificuldade no manejo da cultura, alto consumo de insumos, custo de produção elevado e custo para o consumidor mais elevado para o cenário que temos hoje, com pluralidade de empresas, com disponibilidade de opções para o produtor, com a biotecnologia com mais uma ferramenta para facilitar e ajudar o produtor a trazer menor consumo, melhorar a sua rentabilidade e trazer, por consequência, menor custo para o consumidor.

Senadores, autoridades, Senador Benedito de Lira, Senadora Ana Amélia, era isso que eu gostaria de expor.

Agradeço mais uma vez, em nome da Monsanto, imensamente a oportunidade de participar deste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós gostaríamos de agradecer a exposição do Diretor de Gerenciamento e Produtos da Monsanto. E, dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Pedro Lira, Chefe do Gabinete da Superintendência-Geral do Conselho de Administração e Defesa Econômica.

O SR. PEDRO LYRA – Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de agradecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal por convidar o Cade para participar desta audiência.

O tema é importantíssimo e não é fácil, porque hoje estamos lidando com discussão de tecnologia e fronteira da tecnologia relacionadas ao insumo básico para a sociedade em geral, que são alimentos e agricultura. Então, é um tema que tem preocupado bastante o Cade nos últimos anos e, por isso, é importante estar aqui hoje, uma vez que a discussão no Cade, em geral, se limita a questões mais técnicas, com a participação de advogados, de representantes das empresas que estão nos processos do Cade. Ouvir a sociedade para entender essas preocupações é uma das coisas que têm motivado a discussão atualmente no Cade.

Serei muito breve. Realmente o meu objetivo hoje é mais de ouvir, levar as preocupações para os conselheiros, para o tribunal e para a superintendência do que realmente apresentar uma opinião do Cade a respeito do tema, até porque, como vou expor agora, a opinião do Cade está longe de ser



sedimentada. Só vou fazer um apanhado da discussão e de como ela se encontra hoje com relação ao licenciamento de tecnologia na produção de sementes. Esse é o objeto dos processos que mais têm aparecido no Cade ultimamente, principalmente no controle prévio das estruturas de mercado em atos de concentração.

Essa discussão começou sob a égide da lei anterior, Lei nº 8.884, e adquiriu agora um contorno mais premente na Lei nº 12.529, quando o Cade começou a fazer o controle prévio de atos de concentração, o que quer dizer que as empresas não podem realizar o negócio, concretizar o negócio sem antes obter a aprovação do Cade.

Com relação aos licenciamentos que têm sido submetidos ao Cade, eles têm se revestido de um caráter não exclusivo. Em razão desse caráter de licenciamento de sementes, o Cade tem aprovado esses atos, por entender, baseado nas discussões que atualmente foram feitas no País e nas discussões feitas pelas autoridades europeias, americanas, enfim, por outras autoridades antitruste, que eles têm um caráter pró-competitivo, principalmente porque não há transferência de ativos ou controle societário. Pelo fato de não serem exclusivos, não há impedimento para a participação, para que as empresas que recebem esse licenciamento adquiram tecnologia de outras fontes e também produzam as suas próprias tecnologias de forma independente.

A discussão mais premente no Cade é se esses casos devem ou não ser apresentados ao Cade. A esse respeito, chamamos de conhecimento. Quer dizer, esses casos são de apresentação obrigatória ao Cade ou não? Essa discussão começou há alguns anos e tem havido posições divergentes dentro do Conselho. Tanto que, na sessão de ontem, o Conselho se dividiu novamente com relação às operações, se devem ser conhecidas ou não.

Aqueles que defendem que elas não devem ser conhecidas argumentam que o licenciamento não exclusivo seria como a venda do produto ou serviço e, portanto, não deveria estar submetido a apreciação prévia. Porque, tendo em vista que as empresas só podem concretizar a operação após a aprovação do Cade, isso geraria uma demora sem ganhos substantivos para a sociedade na análise, no início dessa pesquisa pelas empresas que recebem o licenciamento.

Por outro lado, esses atos têm sido objeto de avocação desde o ano passado pelo tribunal administrativo do Cade, em razão de preocupações bastante legítimas dos conselheiros quanto à necessidade de o Cade conhecer esses atos e identificar se eles podem levar a condutas anticompetitivas.

A situação que se coloca é a seguinte: tratando-se de produtos que estão na fronteira da tecnologia e havendo uma grande assimetria de informação, à medida que o Cade não os conhece, ele deixa de acumular informação, conhecimento sobre mercado, conhecimento que poderia levar para julgar condutas anticompetitivas ou para analisar atos, para impedir ou impor restrições



a atos de concentração a esses licenciamentos quando se entender que eles podem limitar o desenvolvimento tecnológico ou consolidar o poder de mercado das empresas já estabelecidas.

Um aspecto bastante considerado a esse respeito é justamente o fato de que são, como foi levantado aqui, investimentos milionários, é uma área muito sensível cujas mudanças são muito rápidas e, se o órgão deixar de analisar no momento em que elas estão acontecendo, pode ser que se efetive um dano que, depois, não será possível recuperar a sociedade, com extração de rendas para aquelas empresas que detêm poder de mercado.

Então, é um tema que está em discussão dentro do Cade hoje. Não há uma solução definitiva. O que se entendeu e tem se entendido até o momento, em prol da liberação dessas licenças não exclusivas, é que eventuais condutas anticompetitivas, como a transferência de poder de mercado em elos da cadeia, a criação de dependência através desses licenciamentos não exclusivos entre a empresa licenciadora e as licenciadas, impedindo o desenvolvimento de tecnologias próprias ou criando formas de expandir o poder de mercado de um elo de uma cadeia para outra, pode ser examinada através de processos para apuração de condutas anticompetitivas. E não se justificaria impedir o licenciamento na fase de aprovação de um ato de concentração pela simples análise, uma vez que as condutas, quando se efetivam pela simples análise dos contratos que são apresentados em atos de concentração – normalmente, isso não seria possível de se perceber, não em todos os casos; e é justamente isto que os conselheiros que defendem o conhecimento sempre alegam: é preciso conhecer caso a caso e não em geral –, não se efetivam nos contratos, mas se efetivam na prática de mercado. E para prática de mercado, a análise posterior ao ato, ou seja, análise via controle de conduta, seria a mais adequada.

Como eu disse, este é um tema um tanto recente e que não é tão difundido, então, o Cade recebe algumas denúncias – não é um número significativo – relativas a esses contratos de licenciamento ou a prática de venda de sementes pelas empresas que detêm essa tecnologia. Mas, normalmente, grande parte dos casos que o Cade recebe hoje tem problemas mais contratuais do que realmente anticoncorrenciais.

Então eles têm sido mais resolvidos no âmbito privado do que como uma questão de política pública. Mas no Cade, até o momento, não houve um caso realmente robusto, no qual isso pudesse ser discutido em profundidade, o que esperamos que aconteça nos próximos anos. Daí a importância de acumular conhecimentos e de discussões como esta que estamos tendo hoje, aqui.

Basicamente era esse o apanhado que eu queria fazer de como está a discussão hoje no Cade sobre licenciamento não exclusivo de sementes. E fico à disposição.

Obrigado.



O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Prezado Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar todos os depoentes pelos esclarecimentos. Estou aprendendo mais do setor, mas quem sabe o representante do Cade, Sr. Pedro Lyra, se não outro dos que conhecem bem, pudesse nos dizer, porque é importante para o tema, nas últimas três décadas, quantas empresas havia, quantas empresas existem hoje, que empresas nacionais existiam, que empresas foram absorvidas. Quem sabe o Cade tenha um quadro evolutivo que possa enriquecer a informação para nós. Se tiver, eu agradeço. Se puder dar uma breve informação sobre isso.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Quero dizer ao nobre Senador Suplicy que a pergunta de S. Ex^a está feita, e, no momento do debate, eles responderão.

Dando sequência, concedo a palavra ao Assessor da Secretaria de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Décio Lauri Sieb. (*Pausa.*)

Não veio?

O SR. DÉCIO LAURI SIEB – Bom dia, Senador Benedito de Lira. Em sua pessoa, cumprimento todos os homens aqui presentes e, em nome da Senadora Ana Amélia, que é requerente da audiência, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes.

Nós vamos procurar falar um pouco sobre a questão social nesse processo, na questão da produção, porque se fala muito em competitividade, produção, renda, mas há pessoas por trás desse processo de construção e de produção na agricultura, em especial na agricultura familiar.

Quando se fala de agricultura, temos mais de quatro milhões (4,3 milhões) de agricultores familiares, de estabelecimentos familiares que estão no processo de produção nas diversas áreas. E o setor de sementes é fundamental nesse processo.

Só para exemplificar a questão da concentração, vamos pegar alguns exemplos de outras áreas, o que tem ocorrido. Então, Senadora Ana Amélia, um exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Lá no meu Município, que tem quase 800 estabelecimentos, sendo mais de 90% familiares, há vinte e poucos anos, existiam mais de 700 estabelecimentos que atuavam na suinocultura. Hoje este mesmo Município tem sete granjas. Pergunte quantos agricultores familiares ainda estão nesse setor. Nenhum. Todos saíram.



Então não é uma simples questão de processo de mercado, que o mercado se ajusta. Tem que haver um processo de trabalho, de políticas públicas.

Como está o setor da avicultura? Temos agricultores familiares, mas está concentrado. Agora estamos discutindo isso na Câmara Setorial do Leite, inclusive houve uma audiência ontem.

É um espaço onde a agricultura familiar ainda está resistindo. Está resistindo onde há mais de um milhão de agricultores familiares nesse setor. Mas por quanto tempo será? Por quanto tempo ainda haverá esse milhão de agricultores familiares? A gente sabe muito bem que a estratégia é reduzir para cem, duzentos mil estabelecimentos que fornecerão um volume maior de leite para o mercado, para otimizar a questão de rentabilidade.

A rentabilidade e a competitividade são importantíssimas, são fundamentais. Mas há pessoas por trás desse processo. E para essas pessoas têm que haver políticas públicas, tem que haver um trabalho de elas serem mantidas no mercado. Então, esse foco é fundamental também de ser analisado nesta audiência, nesta discussão, e não só alta produtividade, como bem o Maurício Lopes da Embrapa colocou.

A diversidade é muito grande no País, a produção. Da nossa agricultura familiar de 4,3 milhões de estabelecimentos, mais da metade está no Nordeste. A gente sabe que o foco principal é a questão das sementes transgênicas, mas temos outras sementes. São outras questões que têm que ser discutidas. Apesar de já haver umas políticas que beneficiam a agricultura familiar, nós temos que pensar a médio e longo prazo, senão vai acontecer um processo cada vez mais de concentração, de exclusão dessa agricultura familiar.

O exemplo das sementes crioulas: nós conseguimos, com muita luta, muito trabalho, incluir no processo da legislação as sementes crioulas, as sementes tradicionais. Houve um avanço nesse processo. Hoje não há necessidade de registro dessas sementes, mesmo porque não haveria condições. A semente crioula, que é reproduzida anualmente pelo próprio agricultor familiar, tem o seu papel fundamental, e tem o seu papel fundamental na questão do banco genético e do País. E o que está acontecendo? Por exemplo, a área do milho, fora as sementes tradicionais que a agricultura familiar preserva, está se concentrando, sim, na mão de poucas empresas; cada vez mais, poucas empresas estão tendo domínio, e vão ter o domínio desse mercado.

E como bem colocou o Maurício, a questão da produção. A diversidade é muito grande no Brasil. Há agricultores, inclusive familiares, que trabalham com alta tecnologia, produzem 10 toneladas de milho por hectare. Mas há agricultores familiares em diversas realidades, diversas situações no País. E precisa ser preservada essa cultura, essa tradição local, regional, porque a questão da renda é muito relativa também. Falar que entre produzir oito mil toneladas ou quatro mil toneladas, oito mil toneladas vão dar mais lucro, mais renda. Mas vai dar para quem? É muito relativo, porque você produz mais, mas



qual o custo dessa tecnologia? Quanto você paga hoje por uma saca de sementes de milho geneticamente modificadas, da soja? Estou falando das principais cultivares.

Se nós pegássemos simplesmente o agricultor familiar tradicional, que produzia antes de forma tradicional, com tecnologia mais baixa, veríamos que ele produzia menos, mas tinha um custo bem menor do que tem hoje. Agora, é claro que isso impacta no mercado, no desenvolvimento do País. Porque, entre produzir uma tonelada ou produzir três toneladas, sabemos que essas três toneladas vão agregar muito mais, agrega quatro, cinco, seis vezes, e gira no mercado essa agregação de renda. Mas, para o agricultor familiar, como é que fica essa agregação? Então, o resultado, muitas vezes, não muda muito. E nós temos que ter essa preocupação.

Além das sementes crioulas, as sementes tradicionais, nós temos a preocupação com essa produção dos orgânicos, agroecológicos. Todo mundo sabe que a Contag defende a conversão para produção orgânica, agroecológica, estimula essas culturas. E a Embrapa tem um papel fundamental nesse processo, de fazer esse trabalho – os órgãos públicos, as empresas de pesquisa pública, as Embrapas estaduais –, de avançar nesse processo de produção orgânica, agroecológica, para aumentar a produção de alimentos mais saudáveis e diminuir o uso de agrotóxicos, que hoje é muito grande.

Se nós formos ver a questão dos trabalhadores rurais, que também representamos, o problema de intoxicação com agrotóxicos é muito grande. Esse é um debate que aparentemente não afeta, mas afeta a produção, a concentração da produção dos transgênicos.

A produção de sementes convencionais é outra questão que foi colocada.

Eu acho que as empresas de pesquisa têm o papel fundamental de ser mantenedoras desses bancos genéticos, de manter essas sementes convencionais, porque a agricultura familiar usa muito. E sabemos que há empresas mantenedoras que chegam a um ponto em que não lhes interessa mais, economicamente, manter as sementes convencionais. Elas simplesmente retiram do mercado, e o agricultor familiar fica à mercê desse processo.

Então, há necessidade, sim, Ana Amélia, de o Governo investir nas empresas públicas – na Embrapa e nas empresas estaduais, as UEPAs – para manter esses bancos genéticos, mesmo que talvez não seja economicamente viável o custo de se manter, mas é fundamental para a agricultura, para as regiões, pelas suas características regionais, para o seu cultivo. Não se pode pensar só na questão econômica do processo, no lucro para a empresa que o mantém. Por isso, tem que ser estimulada a empresa pública, para manter esses bancos genéticos e facilitar o processo da agricultura familiar, ao manter esses bancos, através das suas cooperativas. Então, é preciso melhorar a Lei de Sementes, a Lei nº 10.711, de produção de cultivares, simplificando o processo



para que a agricultura familiar também possa manter esses bancos genéticos, para que se tornem sementes de uso público e para que se possa manter essa diversidade cultural, que é fundamental no campo brasileiro.

A diversidade é muito grande. Não podemos comparar regiões como a Região Amazônica e a Região Nordeste. São características diferentes do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, que já estão mais na linha da produção das principais *commodities*. Temos que verificar essas realidades locais.

É um exemplo bem colocado. Não é só a questão das *commodities*, das principais *commodities*. Existem n outros cultivares que hoje estão sendo negligenciados ou poucos trabalhados, porque não oferecem um resultado econômico grande para as empresas, mas são fundamentais para a agricultura familiar.

Esses são focos fundamentais para serem trabalhados.

Em geral era isso. A preocupação não deve ser só econômica. Tem que se trabalhar com a preocupação social, com os reflexos sobre a agricultura familiar, o que hoje está acontecendo, como está acontecendo nos outros setores.

Vai haver uma exclusão cada vez maior da agricultura familiar se não houver essa diversificação, essa liberação de bancos de sementes, porque a concentração hoje é forçada cada vez mais pelo mercado. Nesse sentido, é fundamental que o Estado realmente atue e faça o equilíbrio desse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado ao Presidente da Contag.

Concedo a palavra ao último expositor, e o deixei por último realmente, porque ele é Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Sementes e Mudas. Ele ouviu as manifestações anteriores.

Então concedo a palavra ao Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Sementes, Sr. Paulo Eduardo de Campante Santos.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Obrigado, Senador.

Em nome da Abrasem, quero agradecer à Senadora Ana Amélia, ao Senador Benedito de Lira e saudar a todos nesta plenária para termos essa discussão bastante pertinente.

A Abrasem tem se preocupado com esse tema desde a sua criação. Vou falar hoje um pouquinho sobre o que é a Abrasem e alguns números que talvez ajudem os senhores a visualizar melhor como está.

Desde já, coloco a Abrasem, Associação Brasileira de Sementes, à disposição para qualquer informação que os senhores desejem em relação às empresas que estão no mercado, dados de informações das empresas, quem participa, porque, como diz o Dr. Maurício Lopes, a Abrasem é muito mais do que sementes de soja e milho; nós representamos todo o setor de sementes. Então, a



gente tem uma série de informações – são informações públicas – que poderíamos passar a qualquer um dos senhores que desejem.

A Abrasem tem 40 anos, completados no ano passado, e, nesses longos anos na Abrasem, a gente fez um esforço tremendo para reunir todo mundo debaixo do mesmo guarda-chuva do setor de sementes. No começo da Abrasem, éramos produtores de sementes e, hoje, reunimos desde o pessoal que trabalha com melhoramento genético (empresas que trabalham com melhoramento genético no País) com pessoal que trabalha na produção e comercialização de sementes. A ideia da missão da Abrasem é justamente reunir todo mundo, todos esses setores, todos os elos da cadeia de sementes em prol da sustentabilidade do setor sementeiro nacional.

Bom, esse aqui é o panorama de como funciona a Abrasem, Maurício. Acho que é mais ou menos como estamos hoje: somos 13 associações, diferentes associações, como a Braspov, a associação das empresas que trabalham com melhoramento genético vegetal, são 23 empresas entre Embrapa, Iapar, Monsanto, Syngenta, multinacionais, empresas privadas, empresas públicas – estão todas aqui dentro –, cana, forrageiras, que trabalham com melhoramento genético vegetal. Além disso, ligadas à Abrasem, são membros da Abrasem, há associações estaduais de produtores de sementes: associação de Minas, Goiás, Santa Catarina. As associações estaduais de produtores de sementes estão ligadas à Abrasem, são membros da Abrasem e, dentro dessas associações, claro, há empresas associadas às associações.

Funcionamos muito mais como se fosse uma confederação do que uma associação dentro da Abrasem. São 13 associadas.

Dentro da Abrasem, nós temos desde melhoramento genético vegetal, com a Braspov, até o pessoal de forrageiras, que trabalha com sementes de forrageiras, tropicais; o pessoal da Unipasto; o pessoal da ABCSEM, que trabalha basicamente com semente de olerícolas. Temos uma variedade muito grande de associados à Abrasem, de empresas trabalhando com diferentes espécies vegetais, com melhoramento, com comercialização, com produção e etc.

Temos ainda também a Abrates junto com a gente, que são as pessoas que trabalham com tecnologia de sementes. Dentro da Abrates, nós temos a maioria de professores universitários, pesquisadores que trabalham na área de semente, que trabalham com tecnologia de sementes.

Então, a gente tem, na verdade, debaixo desse guarda-chuva da Abrasem, um escopo, uma estrutura muito grande de todo o setor, de todos os elos da cadeia de sementes.

Como associação nacional de sementes, a gente representa o setor de sementes no Brasil e também em fóruns internacionais. A Abrasem é membro da International Seed Federation (ISF), a associação internacional de sementes. Um dos nossos diretores está no *board* da ISF, entre os diretores da ISF. Somos membros também da Seed Association of Americans, que representa todas as



associações nacionais de sementes, desde o Canadá, Estados Unidos, México, Brasil, Argentina, Paraguai; nós somos vice-presidente dessa associação.

Hoje, propriedade intelectual e todos os assuntos relativos às questões de propriedade intelectual, tratamento de sementes, *low level presence*, assuntos relativos a sementes passam por essas duas associações.

E somos associados também a Felas, que é a Federação Latino-Americana de Sementes.

Então, como os senhores podem ver, na verdade, nós estamos muito bem representados como setor de sementes, tanto na parte global, como aqui nas Américas.

Talvez seja um pouco árduo o que eu vou falar, porque são mais números do que outras pessoas já apresentaram. Eu me foquei nos mercados de soja e milho, que foi a proposta enviada para gente na Comissão, mas é claro que a gente tem dados de outros mercados dentro da Abrasem. Todos os dados que vou apresentar aqui são dados públicos, são dados retirados do Registro Nacional de Cultivares, do Ministério da Agricultura; são dados do Zoneamento Agrícola, do Ministério da Agricultura; são dados públicos que qualquer um dos senhores podem obter também.

Antes de entrar no mercado, vou mostrar o que é o setor e como funciona esse setor, porque esse eslaide a gente sempre apresenta quando a gente vai fazer alguma palestra da Abrasem, porque talvez represente muito bem como funciona esse mercado e quem são os atores desse mercado.

Quando a gente olha esse gráfico, muitas vezes a gente tem a impressão de que quem determina o que vai para o mercado é o pessoal da pesquisa e, na verdade, quem gera a demanda é justamente o contrário, é o produtor de sementes. Essa pessoa, esse elo da cadeia aqui é que demanda certa terminologia. Pode ser uma praga, uma *Helicoverpa*, por exemplo, que entrou agora. Pode ser uma região de adaptação agrícola nova, por onde o agricultor está indo e precisa de novas cultivares para serem colocadas lá. Então, quem determina o que vai para o mercado é justamente quem está no final dessa cadeia.

E digo mais: quem determina isso aqui é o consumidor final. Não é nem o produtor agrícola, é o consumidor lá na ponta que define se ele quer comer um mamão mais doce ou menos doce ou se ele vai querer um determinado tipo de produto, como uma soja orgânica, convencional ou transgênica.

Na verdade, na Abrasem, a gente não faz essa distinção.

Quem define o que vai ser produzido pelo mercado é o produtor agrícola, que é o consumidor final. Ele demanda tecnologia e a pesquisa tem o papel de gerar tecnologia; daí a importância de todos esses institutos de pesquisa. E a gente vai reforçar muito a questão da Embrapa. A gente tem a Embrapa como um instituto fundamental na área de pesquisa na área de sementes.



A Embrapa tem um papel fundamental. A gente falou muito em concentração ao redor de todo mundo, de outros países. Nós temos uma situação bastante peculiar de ter a Embrapa participando desse mercado e tendo um papel fundamental. E temos que reforçar isso cada vez mais.

Poucos países têm institutos da grandeza e com a *expertise* que Embrapa tem hoje. Então, na Abrasem, a gente sempre coloca que a Embrapa é fundamental dentro desse processo.

A pesquisa gera tecnologia e o produtor de semente, que é a área em que atuamos, multiplica essa tecnologia, ele pega a tecnologia que foi feita pela pesquisa e multiplica. Vale lembrar que entre a demanda aqui e a geração da tecnologia – acho que o Minaré colocou ou o Dr. Maurício Lopes –, vamos ter oito, dez anos até que essa tecnologia esteja presente no mercado. Não é uma coisa de dois anos. Até que se gere uma semente para que seja colocada no mercado, estamos falando de oito a dez anos de mercado.

Como isso é sustentado? A pesquisa licencia os produtores de sementes para poder multiplicar o que a Embrapa faz, Dr. Maurício. A Embrapa não coloca as cultivares no mercado, ela licencia as empresas, as fundações de pesquisa que estão ligadas à Embrapa e a fundações de pesquisa colocam aquelas cultivares no mercado.

Esse produtor de semente vende a semente ao produtor agrícola, que vai utilizar as sementes e vai gerar os benefícios todos, tanto para o produtor quanto para a sociedade. Agora, se a gente ficasse só nessa parte do gráfico, ficaria muito complicado, porque não se tem a pesquisa sendo irrigada. E como é que esse gráfico volta? O produtor compra a semente, remunera o produtor de semente, remunera quem fez a multiplicação de sementes – isso é extremamente necessário e funciona para todas as espécies, não é para milho e para soja. É assim que funciona para todas as espécies.

O produtor de sementes remunera a pesquisa através dos *royalties*, através de propriedade intelectual.

Como o Minaré falou, a Abrasem defende muito fortemente a questão da propriedade intelectual. A base do nosso negócio é a propriedade intelectual. Nós defendemos tanto propriedade privada quanto a propriedade intelectual. A base de qualquer modelo de negócio que temos hoje é fundamentada em propriedade intelectual.

Vou falar um pouco de números porque acho que pode ajudar um pouco depois nas discussões.

Aqui são dados do Ministério da Agricultura, dos registros de cultivares nos últimos anos, uma evolução dos registros.

Aqui é o número de empresas que estão entrando no mercado, em vermelho, empresas mantenedoras, desde 1998 a 2013. A gente vê um crescimento contínuo de novas empresas entrando no mercado. Vou falar de soja e, depois, de milho – empresas mantenedoras de soja. E aí eu falo em empresas



mantenedoras. A empresa, para colocar uma cultivar em comercialização no Brasil, tem que estar, claro, cadastrada no Ministério da Agricultura, no Renasem, ela tem que ter um número de Renasem. E a cultivar, para estar habilitada para comercialização, tem que ter um registro, que é feito no Ministério.

Se qualquer um dos senhores for à página do Ministério e buscar as informações relativas às cultivares que estão sendo lançadas, vai ser mais ou menos um gráfico como este, e a evolução das empresas também.

Aqui é a evolução de empresas de soja no mercado. E aqui a evolução das cultivares que foram introduzidas no mercado durante os anos.

Esse segundo gráfico, na verdade, é a evolução das empresas e o número de lançamentos de cultivares por ano.

É interessante porque sempre que a gente olha esse gráfico a gente tem que descartar esse valor de 261 no início de 1998 porque, quando o Registro Nacional de Cultivares foi criado, havia já as cultivares existentes no mercado. Essas cultivares foram automaticamente registradas dentro dos sistemas do Ministério da Agricultura. Então, na verdade, essas 261 cultivares registradas no ano de 98 são cultivares antigas, que já estavam lá e que, na verdade, ao criar o sistema de informações do Ministério, automaticamente ganharam um número de registro e foram colocadas.

Depois, de 1999 a 2000, o que vemos é um número oscilante – claro, depende da pesquisa, depende das demandas – de cultivares no mercado. Um número interessante de observarmos e para o qual chamo a atenção é que, quando falamos de cultivares geneticamente modificadas e cultivares transgênicas em soja, vemos que, em 2003, temos a aprovação dos eventos, as cultivares começando a entrar, as cultivares transgênicas começaram a entrar no mercado.

Em 2003, 2004 e 2005, ainda era muito pouco o número de cultivares registradas com eventos transgênicos. Por quê? Basicamente eram aquelas primeiras empresas que tinham avanços tecnológicos já para botar no mercado.

Acho que o Maurício colocou bem quando disse que o define o mercado são as normas que estamos colocando, o arcabouço legal, a questão das inovações tecnológicas que estão surgindo no mercado e os modelos de estratégia das empresas. Nesse caso da soja, em 2003, a empresa detentora da tecnologia optou pelo modelo de licenciamento. É um modelo bastante interessante, que, na verdade, dá oportunidade a que outras empresas tenham aquele determinado gene, ou tenha aquela determinada característica em suas cultivares. É por isso que, a partir de 2006, você tem um número expressivo de cultivares sendo lançadas. Na verdade, esse número expressivo de cultivares sendo lançadas nos últimos anos são a entrada de cultivares de outras empresas, que não a detentora de tecnologia, entrando nesse mercado.

Aqui são dados muito parecidos com os dos registros, mas são dados do zoneamento agrícola. Para as empresas ofertarem a cultivar no mercado



e para terem acesso às políticas de Governo com relação a crédito, seguro, elas têm de necessariamente indicar aquelas cultivares dentro do zoneamento agrícola agropecuário. E, quando buscamos os números dentro do zoneamento agrícola, o que percebemos é que, pelo menos nas últimas safras – e eu tirei uma safra de 2011 e 2012 – de soja, a maioria das regiões estão muito bem servidas com relação à questão das cultivares.

E aqui eu separei Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3. São justamente cultivares precoces, cultivares médias e cultivares tardias. Então, quando olhamos um gráfico desse de soja, a disponibilidade de cultivares que estão sendo ofertadas no mercado, parece-me, é bastante satisfatória com relação ao mercado de soja.

Aqui um outro dado do Registro Nacional de Cultivares, onde vemos a evolução dos registros de soja convencional e a evolução dos registros de soja transgênica no decorrer do tempo.

Esses números aqui, de 98, são registros de cultivares que já existiam no mercado e que apenas foram represados, e, quando se criou o registro, o sistema do Ministério incorporou aqueles registros que já utilizavam. Por isso, essa média muito grande de registro naquele ano.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Com relação ao restante dos números, aqui vemos que a média de cultivares convencionais lançados antes do período de transgenia, em 2003, eram 25 cultivares convencionais por ano.

De 2003 a 2012, é a mesma média: 25 cultivares convencionais por ano são lançadas no Registro Nacional de Cultivares pelas empresas que participam desse mercado.

E, é claro, se o mercado está indicando uma alta taxa de utilização de biotecnologia, as empresas investem em tecnologia, em biotecnologia, e a média de cultivares geneticamente modificados lançados por ano fica em 41 cultivares por ano.

Aqui, com o milho é uma situação muito parecida. Você tem aqui a evolução do número de empresas que estão atuando nesse mercado, a somatória dessas empresas. Diferente do Márcio, eu não coloquei as empresas que estão saindo. Na verdade, esse é um compêndio de todas as empresas que estão no mercado. E aqui são a evolução dos registros das cultivares de milho no Brasil. Então, hoje, você tem por volta de duas mil e alguma coisa cultivares registradas de milho. Claro que várias dessas cultivares não estão mais presentes no mercado e são cultivares antigas, mas mesmo assim você tem um número de cultivares bastante efetivo dentro do mercado.

Aqui são os lançamentos de cultivares anuais.

Aqui vocês veem um lançamento dos cultivares de milho. Então, até nos eventos de transgenia, da mesma forma que acontece com a soja, temos uma



taxa oscilando por volta de 50 cultivares. Acerca dos eventos transgênicos, a aprovação dos primeiros eventos de biotecnologia em milho foi em 2007. Em 2008 você tinha os primeiros cultivares. Então, o lançamento da biotecnologia em milho fez com que um número muito grande de cultivares fossem registrados naquele momento. E depois você tem um número expressivo desses cultivares aqui.

Então, disponibilidade de semente, oferta de semente, variedade de semente temos bastante grande no Brasil.

A mesma coisa que eu fiz para a soja fiz para milho com relação ao zoneamento agrícola. Como temos milho inverno e milho verão (milho safrinha e milho verão) coloquei dois gráficos. Mas a quantidade de materiais é bastante expressiva para as principais regiões produtoras do Brasil.

Aqui é a safra inverno e depois a safra verão. De novo. Grupo 1, Grupo Precoces, Grupo Médio e Grupo Tardio. Claro que, dependendo da região, temos muito mais cultivares de Grupo Precoces ou Grupo Médio sendo utilizado do que Grupo Tardio. A preferência hoje, claro, para o agricultor é fazer duas safras, e ele geralmente utiliza a soja precoce e depois o milho.

Da mesma forma que eu fiz para a soja acerca da evolução com relação ao convencional e ao transgênico, fiz para milho.

Aqui são registros do Ministério da Agricultura para o milho. De novo, 1998 não poderíamos considerar, são registros represados. Temos, na verdade, aqui, de 1999 a 2007, basicamente as cultivares convencionais. Não tínhamos transgenia no mercado ainda. Eram 46 cultivares lançados por ano em milho. Depois dos eventos geneticamente modificados, esses números aumentam um pouquinho: 54 cultivares, por ano, convencionais são lançados no mercado. E 106 cultivares transgênicas são lançados no mercado.

Vale a pena ressaltar dois pontos interessantes com relação à questão dos geneticamente modificados e convencionais. Sessenta e cinco por cento das variedades transgênicas têm a sua versão convencional no mercado. É extremamente interessante para as empresas terem as duas versões, tanto a convencional quanto a transgênica para atender aos diferentes níveis de agricultores e para aquilo que o mercado está apontando, para aquilo que vai ser utilizado.

Pois não.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – São aprovados 106 cultivares/ ano, transgênicos ?

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Sim. Registram.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Registram.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Registrados no Ministério da Agricultura.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – CTNBio?



O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não, não, na CTNBio, não. Todos aqui são dados do Ministério da Agricultura. Deixe-me explicar.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu não entendi.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Cultivares com o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É o mesmo evento?

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – O mesmo evento, de empresas diferentes, sendo aprovados.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Ah! Porque do jeito que está aqui fica parecendo que se produzem 106 todos os anos. E não é isso.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não, na verdade são registros ...

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É uma raridade produzida.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – São registros nacionais de cultivares, registros dentro do Ministério da Agricultura são por empresa, por cultivar. Então, se a empresa tem uma cultivar transgênica e um convencional, são dois registros diferentes, mesmo que tenham o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – É o mesmo evento que já cumpriu patente, e as empresas começam a registrar. Mas é o mesmo evento, é o mesmo produto.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Sim.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – RRBT.

O SR. CARLOS EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Isso! RR da Brasmax, RR da Embrapa, RR da Monsanto. Então, é o mesmo evento.

A SRª KATIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Caiu patente.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Não caiu patente. Na verdade, são produtos que foram registrados após a avaliação da CNTBio. A avaliação da CTNBio deu parecer favorável. Aquilo, para nós da área de sementes, é semente como qualquer outra. Então, a partir da avaliação de biossegurança da CTNBio, as empresas estão passíveis de registrar as cultivares dentro do Registro Nacional de Cultivares do Ministério da Agricultura.

Bom, era isso que eu tinha para apresentar para os senhores. De novo, coloco a Abrasem à disposição. Coloco-me à disposição para responder às perguntas que forem necessárias. E, com relação aos dados, temos os dados disponíveis, são públicos. Para qualquer informação adicional, estamos à disposição, Senador.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nós agradecemos ao representante da Associação Brasileira de Sementes.

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja, Sr. Elton Hamer.

E agora vamos abrir o debate.

Em primeiro lugar, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, a primeira subscritora do requerimento para convocação desta audiência pública.

Com a palavra, o Senador...

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem. Em virtude de ser Relator de um item que vai se iniciar na CRE daqui a um instante, eu preciso me ausentar. Já deixei a minha pergunta e agradeço se puder ser considerada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu já havia registrado a inscrição de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado. Cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está feita a justificativa.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

Vou inscrever o Senador Blairo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu sou Relator de uma MP na Comissão de Orçamento e também daquele empréstimo para os Municípios que a Presidente tem prometido liberar a primeira parcela agora, em agosto, aquele 0,5%. E eu vou me ausentar, infelizmente, mas quero deixar meus cumprimentos a V. Ex^a e aos que aqui compareceram, meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está bom! Agradeço a V. Ex^a pela presença.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira; caros colegas Senadores; Senadora; Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA; Senador Blairo Maggi, que hoje é um especialista e cuja presença aqui é muito importante para esta matéria; Senadores Casildo e Eduardo Suplicy, que me antecederam; Senadores Sérgio Souza, Cyro Miranda, Jayme Campos, meus cumprimentos.

Eu quero homenagear um conterrâneo meu, representante comercial, que mandou uma mensagem com uma frase emblemática: “O que acontece com a terra acontece com os filhos da terra”. Acompanhava um debate, ele, que é representante comercial – faço questão de citar o nome: Renato



Zornitta, que nasceu em Lagoa Vermelha, minha cidade natal, próxima de Sananduva, que também fica na região nordeste do Rio Grande do Sul, também produtora de soja, trigo e milho.

Eu queria elogiar a qualidade das exposições feitas, mas evidentemente fiquei com algumas preocupações.

Dr. Maurício, Presidente da Embrapa, na exposição, o senhor disse que a Embrapa não comercializa a sua pesquisa, mas gera pesquisa e repassa para uma empresa que produz e faz a comercialização e distribuição. Eu quero saber como é esse processo e, quanto à Embrapa, que também fez investimentos públicos, como é essa remuneração que tem que ser feita para esse trabalho. Como é essa parceria? Essa é a primeira questão.

A outra questão é se nós temos condições – e há um ambiente favorável hoje – de ampliar essa subsidiária para entrar no campo dos bancos genéticos e especialmente da tecnologia propriamente dita, se o investimento e o orçamento da Embrapa estão adequados às novas exigências do mercado, porque se viu, na exposição do Reginaldo Minaré, que uma empresa fez um investimento de 2 bilhões em Catalão, o que é maior do que o orçamento da própria Embrapa. Qual é a garantia que temos? A Embrapa, empresa de 40 anos pela qual eu tenho um enorme respeito, pode atender a essa demanda cada vez maior.

Na mesma linha, que política específica se adota, porque o Décio Sieb, da Contag, falou muito da necessidade de apoio e suporte? Os agricultores familiares não estão nesse mercado convencional da competição. Eles estão num mercado – eu diria – marginal em que a renda é importante, mas a infraestrutura é deficiente para todos, não só para o pequeno, mas para o médio e grande. E também como é que a Embrapa, nesse caso particular, opera para dar – digamos – uma atenção específica de política pública para uma proteção maior à questão do setor da agricultura familiar?

Dr. Maurício, a Embrapa pode ter uma média de produtividade de milho, já que essa é uma cultura das mais importantes, porque é de consumo humano e tem, na região Nordeste e no meu Estado, um papel relevante. Quando é que a média de produtividade vai aumentar? Hoje o senhor tem, como mostrou bem no seu gráfico, um pico de produtividade pequeno, agricultura familiar, talvez com o cultivar muito tradicional e uma superprodutividade da agricultura de alta precisão, como acontece lá no meu Estado, na região de Não-Me-Toque, por exemplo. Então, queria saber isso, quais as dificuldades que a Embrapa eventualmente tem quando se junta a empresas multinacionais para fazer o processamento dessas tecnologias e como é que isso acontece.

Ao representante do Cade, Pedro Lyra, informo que fiquei um pouco em dúvida sobre a sua exposição. O senhor falou que há uma discussão interna no Cade hoje. No caso especialmente da biotecnologia, da biociência ou dos produtos modificados geneticamente, eles precisam ser submetidos à CTNBio. E a



CTNBio é muito rigorosa, ela avalia tecnicamente as novas cultivares. Pelo que o senhor disse, há uma discussão interna no Cade para saber se aquilo que foi aprovado tem de ser submetido ao Cade, porque aí é um problema de concorrência, de disputa concorrencial, de submeter também ao Cade para que ele possa liberar, dar a licença, para que essa cultivar ou essa semente entre no mercado e possa ser comercializada. Não sei se entendi bem, se foi exatamente isso, exatamente essa a discussão que se impõe, na medida em que seria um atraso, do ponto de vista da agilidade com que acontecem essas transformações na pesquisa, esperar um ano, dois anos para liberar uma licença para entrar no mercado, período em que já estará avançando outra pesquisa, com outro produto melhor do que aquele. Aí o investimento seria perdido. Esse é um problema do custo burocrático de mais uma etapa a vencer na nossa já custosa burocracia estatal.

Ao Paulo Eduardo: o senhor foi um equilibrista, pois representa aí todos os lados; o senhor é um equilibrista mesmo. Queria saber se a Embrapa pode ser, na visão da Abrasem, um poder moderador para equilibrar a demanda do mercado, desse mercado cada vez mais concentrado, com uma política de alcance social para atender a questão da agricultura familiar. Ela que vai fazer isso? Ela tem condições, hoje, de suprir essas necessidades?

Dr. Reginaldo, o senhor abordou com bastante propriedade toda a concentração e falou muito sobre a questão de que a entidade procura um entendimento sempre para evitar a judicialização. Tem sido feliz nesse esforço de buscar um entendimento para evitar a judicialização? Recentemente, houve uma demanda da CNA e dos produtores com a Monsanto especificamente sobre *royalties*. Houve sucesso nesse processo? O senhor lembrou bem que o caso dos fertilizantes é mais grave. A concentração é pior no setor de fertilizantes. Como é que a gente consegue... Pelo que o senhor disse, a entidade está fazendo estudos estratégicos para ver planos e sugerir algumas medidas ao Governo para que a gente consiga sair dessa dependência, que é prejudicial, no caso de fertilizantes ou de defensivos agrícolas, já que a entidade, aqui, brilhantemente, com a Senadora Kátia Abreu, tratou da questão dos portos, que já foi aqui submetida ao Senado Federal nesse caso específico, porque o caso dos fertilizantes afeta a todos, pequenos médios e grandes.

Ao Dr. Márcio Santos queria também repetir essa questão relacionada à convivência desse processo do uso da semente para o agricultor. Como é que empresa que detém as tecnologias pode fazer uma fiscalização? Como é que ela opera para saber se ele está usando aquela semente para uso próprio ou comercializando aquela semente que, eventualmente, tenha sido produzida ou desenvolvida pela Monsanto? Como é que, nesse momento, está a relação, que foi bastante conflituosa e conflitada, entre a empresa detentora dos *royalties* de soja modificada geneticamente com os produtores rurais neste momento? Ainda há demandas judiciais ou etapas a serem vencidas?



Então, em princípio, são essas as minhas questões para permitir um debate maior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em um primeiro momento, vamos fazer assim, como há três Senadores inscritos, eu consultaria à Mesa o seguinte: eu vou ouvir os três Senadores e os senhores ficarão à vontade para responder às perguntas de uma só vez.

Concedo a palavra a essa extraordinária Senadora e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui reiterar o que disse a Senadora Ana Amélia a respeito das exposições, da maior categoria, do elevado o debate.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Kátia, V. Exª me permite, por favor?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu só queria anunciar a presença do Secretário do Meio Ambiente, José Lacerda, de Mato Grosso. Ele está conosco na audiência, mas precisa sair. Então, antes que saia, eu queria fazer o registro da presença dele aqui.

Muito obrigado, Senadora. Desculpe.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Imagine.

Seja bem-vindo, Sr. Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso!

Eu acho que são bastante esclarecedoras todas as participações. Quero louvar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar a respeito dessa concentração. Ela já me preocupou mais há alguns anos. Então, como nós não temos mecanismos para evitá-la, temos que aprender a conviver com ela. Isso acontece em toda parte do mundo, em todos os setores, não só na agricultura, mas nos determinados segmentos econômicos. Principalmente depois da globalização, as empresas estão se unindo cada vez mais para garantir a sua *performance* e a sua produtividade. Então, o importante não é o produto inteiramente feito em determinado lugar; é lutar para que a gente faça parte de um pedaço daquele produto que deverá ser produzido em toda parte do mundo, finalmente chegando ao consumidor. Nesse aspecto, a regulação é que tem que ser a nossa obsessão, fazer com que a regulação funcione, com que nós possamos fortalecer cada vez mais o Cade e tentar estabelecer conselhos de negociações. Não há outra alternativa. Judicializar só vai beneficiar os mais fracos em termos de instrumentos, que são os produtores, que são aqueles que usam o produto.



Não preciso dizer que a Justiça brasileira é morosa, é demorada. Então, temos o exemplo dos conselhos, Consecana, Conceleite, nós estamos caminhando para o Consebov, Consecitrus, que são conselhos que não obrigam ninguém a fazer, mas são uma forma de constranger publicamente o excesso, principalmente pelo lado dessas empresas, e de tornar públicas essas negociações. Então, os conselhos de acordos de preços podem ser um fórum de negociação transparente e de constrangimento a abusos – não há outra forma –, como, por exemplo, o que ocorreu aqui, perguntado pela Senadora Ana Amélia, com relação à Monsanto e a semente transgênica, demanda que começou com muita competência no Mato Grosso, que é o Estado que produz 10% da soja do mundo. A Federação da Agricultura entrou com esse processo e está sendo vitoriosa. Mas, no meio do caminho, nós temos muitos produtores que não são grandes, produtores pequenos de soja que não têm a mesma condição financeira dos grandes produtores de Mato Grosso e de outras partes do Brasil, como do meu Tocantins, de Goiás, de Mato Grosso, de bancar uma ação na justiça. Então, nós conseguimos, sem perder nenhum direito por parte dos produtores, um acordo para que os pequenos e médios voluntariamente entrem na Justiça ou não sem perder a sua condição.

Toda essa questão precisa, cada vez mais, ser aperfeiçoada. Lutar contra a maré da concentração é muito difícil e, praticamente, desanimador. Precisamos de regulação em toda a situação.

Por trás da Monsanto, por cada transgenia, especialmente a desenvolvida pela Monsanto, pela Basf, pela Syngenta, o que ocorre – e temos que estar atentos a isso? Existe, hoje, uma luta comercial muito forte entre Europa e Brasil e Estados Unidos. Quer dizer, como é que se explica duas regiões tão desenvolvidas, especialmente a Europa, que é milénar em termos de conhecimento, em termos de segurança, ter uma rejeição tão grande por parte dos transgênicos e Estados Unidos, na mesma condição tecnológica, apoiar a transgenia e ter praticamente 100% dos seus produtos transgênicos? Por trás dessa luta, há algum negócio. Ela não é tão inocente assim, apenas uma resistência da saúde humana. Eu desconfio muito dessas práticas.

O subsídio, a subvenção europeia propõe aos seus produtores o combate à transgenia, e os ajuda a fazê-lo, porque os Estados Unidos e o Brasil, sem a transgenia no milho, sem a transgenia na soja, sem a transgenia no algodão são extintos do mercado – nós não temos subvenção suficiente para bancar o não uso da transgenia, como podem os produtores europeus. Então, por trás disso tudo, há, na verdade, um interesse comercial de pequenos produtores europeus. E essa subvenção no bolso do cidadão europeu não significa nada. Então, essa aversão construída de forma inteligente na Europa é insana, é uma forma de proteger os seus produtores, porque sabem que esses dois grandes países não resistem, não sobrevivem sem a transgenia, do ponto de vista do custo de produção.



Se nós não tivermos a transgenia no algodão... Ela faz com que o algodão exista no Brasil e nos Estados Unidos, porque 50% do custo de produção, por exemplo, nessa área, é economizado com o uso desse produto. E o que tem a transgenia a ver com a economia de defensivos? A transgenia impõe a resistência a pragas. Então, o produtor vai gastar menos com esses defensivos, com esses agroquímicos e, portanto, vai ficar competitivo.

Então, a união nossa com os Estados Unidos, que são, na verdade, nosso concorrente, é muito importante para esclarecer isso. A Europa é uma formadora de opinião para o resto do mundo. Então, essa resistência aos transgênicos contamina a China, contamina o Japão, contamina todos os países, no sentido de criar e seguir a linha europeia de comportamento.

Eu recebi, na semana passada, o ministro da agricultura americano, com vários senadores. Justamente discutimos esta questão: "Ah, vocês são da bancada da Monsanto." Eu acho que eu estou com muita idade para aqui defender empresa A ou B. Eu não tenho o menor constrangimento em falar isso. Quisera que houvesse várias montantos para produzir produtos de biotecnologia, que fazem tanto bem a todos nós!

Eu queria reconhecer aqui o trabalho do Dr. Reginaldo Minaré, que nos ajuda há anos e foi um dos criadores, quem formou a CTNBio no Brasil, e eu tive o prazer de poder interferir e melhorar a *performance* da transgenia no País, com a mudança da CTNBio no quórum de votação, com o apoio e todo o trabalho feito pelo Dr. Reginaldo Minaré.

Mesmo com essa mudança na CTNBio, que nós conseguimos fazer ainda quando eu era Deputada – Aldo Rebelo foi de fundamental importância, como Presidente da Câmara –, mesmo assim, nós estamos anos luz atrasados em relação à biotecnologia americana. Enquanto nós estamos no BR1, BRBT, eles já estão lá na frente, juntando BR com BT mais um e mais dois, e nós ficando ainda para trás. É um rescaldo da ideologia e do preconceito ideológico puro e simples contra a biotecnologia.

Vou dar um exemplo mortal para a sua região, Presidente Benedito de Lira. Nos Estados Unidos, a Monsanto, em Saint Louis, já está praticamente com a pesquisa pronta do milho resistente à seca, que é uma demanda do Nordeste brasileiro principalmente. E nós precisamos superar essas dificuldades, pegar essa pesquisa já pronta nos Estados Unidos e tentar adaptá-la, superar as regulações e as leis, e trazer urgentemente esse elemento para cá, esse evento de milho resistente à seca, superando burocracias infundadas, para que os produtores e o Brasil possam se beneficiar dessa tecnologia o mais rápido possível. Podemos apenas fazer os testes locais. A agricultura nos Estados Unidos, o ambiente agrônomo, nos Estados Unidos, é diferente? É. Simplificaria muito mais apenas fazer essas considerações e autorizar rapidamente a produção do milho resistente à seca aqui em nosso País.



Eu gostaria muito de saber a opinião do Presidente da Embrapa a respeito, e do Dr. Reginaldo Minaré.

Com relação à exposição da Contag, na verdade, ele colocou aqui um ponto muito importante e verdadeiro. Às vezes as pessoas falam: “Os pequenos agricultores precisam ter o acesso à inovação e à tecnologia de ponta.” Eles precisam ter o conhecimento. Eles precisam ter acesso ao fato de que ela existe, precisam ter o conhecimento a respeito dela, para depois decidir se vão usá-la ou não.

Eliseu Alves, que é praticamente o primeiro presidente da Embrapa – nós devemos muito a esse cidadão, um mineiro –, disse: “Kátia, a tecnologia, a ciência é do tamanho do bolso do produtor.” O representante da Contag disse bem: eu preciso democraticamente conhecer a tecnologia, mas não necessariamente eu serei um produtor inferior por não usar aquela determinada tecnologia, porque ela pode custar tão alto que vai interferir na minha renda e não vai permitir que ela aconteça.

Então, é o mesmo – para dar um exemplo a todos que nos ouvem neste momento e que não têm tempo para se aprofundar nesse tema – em relação à moda. São lançados os desfiles, as coleções de moda pelo mundo afora, mas nem todo cidadão do mundo pode usar uma marca daquela coleção. Mas pode comprar nos magazines, que copiam essas coleções com um preço mais barato, para todos estarem na moda usando não a mesma marca, mas a coleção da hora. Então, a tecnologia é exatamente isto: eu preciso conhecê-la, mas necessariamente não posso comprar essa marca famosa, porque eu ficaria sem dinheiro para comprar outras coisas de primeira necessidade.

Nós precisamos de inovação para os pequenos produtores, assistência técnica e recursos, para que possamos formar uma grande classe média rural brasileira – na verdade, ela está cada dia mais sendo enfraquecida.

Eu gostaria de chamar a atenção também para a questão dos agroquímicos, que muitos gostam de chamar, ideologicamente e preconceituosamente, de agrotóxicos. Se fosse assim, nós teríamos que instituir também os “humanotóxicos”, porque os remédios também são drogas, mas são chamados de medicamentos; poderiam ser chamados de “humanotóxicos”. Os agrotóxicos, na verdade, são medicamentos para a agricultura e a pecuária, que nós devemos chamar de agroquímicos.

É nocivo o medicamento em excesso? Sim. São nocivos os agroquímicos em excesso? Sim. Então, nós temos que dar o remédio e o agroquímico no ponto e na medida certa, para que não mate o doente e não mate a planta. E cada vez mais procurar inovação, para que os remédios possam interferir cada vez mais em outras áreas do corpo humano, assim como os agroquímicos precisam também de inovação e tecnologia, para interferir o mínimo possível na vida e na saúde de um cidadão.



Acho que essa discussão do preconceito ideológico, dessas fachadas e desses clichês que são criados no mundo faz apenas com que o debate seja rebaixado a um nível medíocre, o que o Brasil não pode mais conceber.

Um ponto importante, Dr. Maurício, que eu também gostaria de abordar, para terminar a minha consideração, é com relação aos produtos que precisam de restrição de uso para a pesquisa eficiente. Por exemplo, o Dr. Reginaldo Minaré disse que nós temos uma legislação, graças a Deus, que permite ao produtor comprar e usar uma semente e guardá-la para o ano seguinte – é um direito que ele tem. No caso da patente, ele pode guardar essa semente, mas vai ter que pagar para quem tem a patente, o *royalty*.

Nós temos um caso muito específico em que o produtor não pode guardar para usar. Em que caso? Nos casos em que vamos fazer pesquisas novas. Por isso, nós precisamos da restrição de uso desse específico evento. Por exemplo, eu preciso pesquisar um evento com relação à madeira, a um eucalipto que precisa ter mais ou menos lignina para que a madeira seja mais dura ou mais mole, dependendo da demanda do setor. Eu não posso fazer isso hoje, mas a Argentina pode. A Argentina está produzindo alfafa que combate a diabete. Então, eu não posso deixar livre a produção desse evento e plantá-lo sem regulação e sem restrição, porque eu posso contaminar a lavoura ou a produção de um vizinho que só quer a madeira dura e não quer a madeira mole.

Existe um projeto, há anos, de minha autoria, na Câmara dos Deputados, tentando restringir o uso de alguns produtos especificamente para a pesquisa, para que possamos desenvolver pesquisa com cana-de-açúcar, com madeira. Existem vários eventos que estão precisando ser pesquisados, mas essa lei de cultivos não permite que, para esse caso de pesquisa única e exclusivamente, possamos fazer. Quer dizer, nós estamos criando barreiras para inovação e tecnologia, com clichês que são desvirtuados para o tema, de acordo com a cabeça e o interesse de alguns.

Então, eu gostaria de dizer da importância desse debate. Que possamos cada vez mais ter consenso nas cadeias da carne, do frango, do porco, do milho, da soja, enfim, de todos os produtos, uma negociação clara, através de conselhos, e que possamos também fortalecer cada vez mais o Cade. A nossa convivência deve ser saudável, mas também a parte comercial é forte. A Monsanto não é mole; ela quer lucro, e quer o lucro cada vez maior. Cabe-nos dizer que existem limites. Vamos com calma! Devemos fortalecer quem pesquisa, que precisa ter seu núcleo de volta, mas não pode exorbitar e fazer mal à cadeia como um todo. Todo mundo tem que ganhar um pouquinho. Um só não pode ganhar tudo ao mesmo tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) –
Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.



Concedo a palavra, como último Senador inscrito, a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente Benedito de Lira.

Cumprimento os convidados desta reunião, que foi pedida pela Senadora Ana Amélia e também, como signatário, o Senador Jayme Campos. Parabéns à Senadora e ao Senador.

Também quero cumprimentar o Elton, que é de Mato Grosso, da Aprosmat e também da Abrass (Associação Brasileira dos Produtores de Semente de Soja), uma nova associação que surge para defender os interesses do produtor de soja, de semente de soja. É importante que isso aconteça.

Eu gostaria de, inicialmente, dizer, Senadora Ana Amélia, que o debate foi bom, importante. Cada vez mais precisamos desmistificar uma série de coisas com respeito à agricultura, transgenia, agrotóxicos, etc.

O setor primário é sempre visto como patinho feio do conjunto, mas é o que sustenta. A gente tem uma idéia, quando falam em setor primário, de que ele é secundário, fica lá atrás. Não; ele é primário porque é o primeiro. Quer dizer, é o mais importante de todas as cadeias, sem o qual todo mundo sabe que as cidades não existiram e nem nós estaríamos aqui vivendo em plena democracia, porque democracia significa barriga cheia, em primeiro lugar. Quer dizer, o campo é de extrema importância para as relações humanas e também para os regimes de todos nós.

Para mim, a transgenia – eu nunca fui contra a transgenia, a biotecnologia – eu sempre considerei uma nova técnica que vem como mais uma ferramenta para os agricultores e são eles que vão definir onde, quando e quanto vão usar dessa tecnologia. Se ela for mais cara e não houver renda para o produtor, não vai se usar; buscarão uma de segunda linha, ou o que quer que seja, de segunda e terceira linha, para fazer o equilíbrio entre custo e benefício, decidirão se dá ou não dá para fazer. Então, dentro desse critério, para mim, a biotecnologia vem neste sentido: é mais uma ferramenta para os agricultores.

Isso não significa que o que eu usei na fazenda este ano será repetido no ano que vem. Por exemplo, no ano passado, em determinadas áreas de produção agrícola, foram 100% de transgênicos. Este ano não haverá um pé de transgênico dentro da fazenda – por motivos econômicos, em função da rotação de cultura, da supressão de pragas que já existiram, enfim, há uma série de coisas que são levadas em conta na hora de eu escolher qual variedade e qual tecnologia vou usar. Isso para mim é bem tranquilo, porque as empresas que detêm a biotecnologia têm que estar olhando para o produtor. Aqui foi dito na Mesa: ninguém vai fazer ou propor uma biotecnologia se o produtor não quiser comprar, seria prejuízo para empresa, são bilhões ou são milhões que estão ali investidos. Então, o mercado é mais ou menos livre e soberano, não tenha dúvida de que ele é soberano.



Nesse aspecto, entra a preocupação do Décio, que vem aqui representando a Contag e faz uma ligação direta com a questão da Monsanto. A Monsanto foi... Aliás, me desculpem, não é a Monsanto, estou falando da Monsanto e olhando para o Presidente da Embrapa, me desculpem. As duas coisas são ligadas porque, enquanto as empresas privadas são listadas em bolsas e têm que dar resultados etc. e tal, são pressionadas nesse sentido, a nossa empresa pública desempenhou o papel extremamente importante no passado de nos colocar no mapa da agricultura brasileira – se não fosse a Embrapa, nós não estaríamos aqui com toda certeza. Mas isso faz parte do passado. Há um velho ditado que diz assim: “Faça a fama e deite na cama”. Só que, depois, também tem de levantar de novo, não dá para ficar eternamente lá, e a Embrapa está atrás de novos instrumentos.

Eu sou relator, a propósito, de um projeto de lei aqui no Senado que vai dar à Embrapa – nós estamos fechando isso com o Presidente Maurício e os demais para depois trazer às colegas e aos colegas Senadores na Comissão – instrumentos para ela poder competir nesse meio. Nós não podemos dizer à Monsanto que não faça, não podemos dizer à Bayer que não faça, não podemos dizer à Ciba não faça. Não, todo mundo tem que fazer, mas a nossa empresa pública também tem que fazer para vir ao encontro daquilo que o Décio está colocando.

E como ficam os pequenos agricultores, aqueles mais marginalizados, os da agricultura familiar? Nós queremos todos juntos, nas mesmas condições, até porque, quando o produto chega à prateleira, ninguém pergunta se é da agricultura familiar, do médio produtor ou do grande; ele chegou e está disponível para o consumidor. Então, você vê que há uma relação muito próxima entre as duas coisas.

A única coisa que me incomoda, e aí é mais em relação à Monsanto, porque só temos uma multinacional aqui – não me dirijo especificamente a você, Márcio, mas é que você está aqui representando as demais; não representando, mas é a única empresa que está no nosso meio –, é a forma como nós fizemos isso, como vocês fazem isso. Se o mercado é livre, deve andar sozinho, o agricultor deve escolher, e não deve ser pressionado ao ponto de não encontrar no mercado a variedade B, com a tecnologia B, com o preço mais barato de que precisa. Esse, acho, é o maior ponto que temos que discutir, porque, da forma como vêm sendo conduzidos os programas...

A Monsanto fez isso com muita propriedade anos atrás. E eu fui um dos que muito reclamou desse sistema, porque, quando você licencia, Senadora Ana Amélia... Eu sou produtor de semente, então eu quero fazer tecnologia da Fundação Mato Grosso, outro quer fazer tecnologia lá da Coamo ou lá das cooperativas do Paraná, que também têm tecnologias, então, para entrar no programa da Monsanto, eu tenho que assinar com ela um acordo de que farei 70% da semente disponível do meu sementeiro, da minha capacidade – eu tenho



que fazer 70% ou 60% ou 80% – com o que ela está disponibilizando. Isso reduz a oferta no mercado das demais e tira do mercado as demais.

Então, acho que esse é o processo, esse é um acordo que o Cade tem que acompanhar, porque, senão, você vai criando as condições para um determinado programa ir se afastando, afastando. Daqui a pouco, vão ficar só as grandes multinacionais no processo, os pequenos não poderão ficar – as fundações e coisa e tal –, porque eles não têm mais multiplicador. Uma coisa é você fazer pesquisa e outra coisa é você ter o sistema que multiplica essas sementes para chegar aos milhões de sacas de que nós precisamos para disponibilizar para o produtor. Então, essa é a questão que se liga àquilo que o Décio, da Contag, está colocando. Se nós não olharmos isso com um pouco mais de profundidade, poderemos chegar, daqui a algum tempo, a ficar sob o domínio – não quero dizer que seja da Monsanto – de um, dois ou três grandes conglomerados que fecharam o sistema via autorização para os outros produtores de semente fazerem as multiplicações. Isso é um fato, vem acontecendo.

Eu até chamei a atenção da Senadora Ana Amélia para um fato que apareceu nos registros. Podem ver que, nos últimos anos, a quantidade de semente transgênica produzida é muito maior do que a não transgênica. Em Mato Grosso, acontece de, em alguns momentos, o produtor procurar semente não transgênica, e não achar. Ele não acha porque o sementeiro não conseguiu fazer, porque o contrato que ele tem com as grandes do setor o obriga a fazer volume pequeno.

Esse era o ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção. E gostaria de que, depois, o Maurício, da Monsanto, pudesse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Maurício é da Embrapa. É o Márcio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O Márcio. É que estou sem os óculos. Desculpe-me, Márcio. Gostaria de que o Márcio pudesse fazer, então, uma explanação de como vocês estão atuando nesse mercado. Eu não sou contra as empresas montarem as suas estratégias. Isso faz parte do negócio. Agora, o outro lado precisa reagir também. E aqui quem tem de reagir é o setor público. O setor público tem de dizer: “Espere, aí; do jeito que está eu vou para as cordas”.

Nós sempre falamos que, como agricultor – não temos nada contra os integrados de frango; eles têm uma cadeia e trabalham –, não queremos ser um integrado, como é o integrado de frango, que não controla nada. Vem tudo controladinho e só vem, no final, um preço, se é quase um terceirizado no processo. Queremos participar efetivamente. Então, essa é uma preocupação que eu coloco na mesa para discussão.

Mais uma vez, Presidente Lira, quero dizer que a Embrapa é de fundamental importância para que fiquemos um pouco livre desse assunto. Não será com um milhãozinho que nós vamos resolver o problema da Embrapa. Aí tem



de haver os bilhões que a Monsanto tem, que a Bayer tem. São bilhões; bilhões de reais. Se eu fosse Presidente da República, não teria medo algum de mandar colocar os bilhões necessários, porque isso significa a independência de um país, significa a autonomia e a tranquilidade de uma população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Eu falava, antes de iniciarmos este debate – como bem disse o nobre Senador Blairo, falar setor primário, como é tratada a agricultura, significa dizer que está na aprendizagem, está no começo, por isso é o primeiro –, eu dizia, Kátia, ao Presidente da Embrapa que eu lamento profundamente que, em um País que tem uma vocação eminentemente agrícola, os investimentos do Ministério da Agricultura são pífios em relação ao tamanho e à importância que tem esse setor para o seu desenvolvimento. Enquanto todos os outros índices sempre resultam negativos, a sustentabilidade vem por meio do agronegócio. E a Embrapa realmente é uma empresa que orgulha não só aqueles que produzem, mas o Brasil todo. E nós precisamos cuidar muito bem dessa jovem, porque, com 40 anos, ela já produziu extraordinários avanços, mas precisa ir muito além.

Agora há pouco eu mostrava ao Presidente da Embrapa a informação de que a Monsanto e a Basf investem no desenvolvimento do milho, como falou V. Ex^a, e ainda está em um processo de melhoramento; não tem ainda uma produção de mercado.

O Presidente possivelmente fará alguma manifestação a respeito das observações de V. Ex^a, Kátia. Mas eu gostaria, na sequência, de conceder a palavra, em um primeiro momento, ao Presidente da Embrapa, para responder...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois não, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu gostaria apenas de acrescentar mais uma pergunta principalmente à Embrapa.

Até 2011, o orçamento da Embrapa não poderia ser contingenciado. A partir de 2011, mudou-se a norma e agora pode. Esse é um ponto que nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Rever.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – ... discutir nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perfeito.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – A segunda pergunta, Presidente Maurício, é com relação ao orçamento da Embrapa.



Sinceramente, eu não acompanho os detalhes, apenas defendo no geral, nós gostaríamos, eu gostaria de receber, de forma detalhada, a expectativa de um orçamento real da Embrapa. O que precisaríamos para produzir sementes transgênicas no País com patente nacional e “embrapiana”?

Então acho que atrairia muito mais a força do Congresso se nós pudéssemos ver esse orçamento aberto, porque cada Parlamentar representa uma Região. E para uma Região vai interessar mais determinado produto. Nós ficaríamos mais fortes no orçamento se nós pudéssemos ver a expectativa da Embrapa em termos de recurso para fazer esse tipo de pesquisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu gostaria só de pedir permissão a V. Exª para fazer um adendo à sua proposta: que o Presidente da Embrapa, em vez de encaminhar individualmente, encaminhe à Comissão, e a Comissão faz a distribuição. É interessante que nós tenhamos conhecimento desses detalhes.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem. Gostaria de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, o Senador Blairo Maggi, novamente cumprimentar a Senadora Ana Amélia e rapidamente tentar cobrir alguns pontos que foram colocados – talvez não individualmente os pontos colocados por cada um de V. Exªs, mas tentando fazer uma análise mais geral de pontos importantes que foram colocados aqui.

Eu acho importante a gente trazer uma discussão aqui para a Casa: o entendimento do que é o setor público nesse ambiente de inovação. Nós entendemos o papel do setor público, num primeiro momento, quando tudo está por ser feito, como que de uma locomotiva limpa-trilhos, que vai à frente, abrindo espaços, removendo as limitações, para que, atrás, venha a locomotiva do setor privado, fazendo investimentos e ocupando espaço. E assim foi nesse segmento.

A Embrapa, na sua primeira fase, funcionou muito como essa locomotiva limpa-trilhos; importou germoplasma, fez programas de melhoramento para as mais variadas espécies no Brasil – como eu disse, nós temos 80 programas de melhoramento genético. A Embrapa, até o final dos anos 90, tinha cerca de 60% do mercado de cultivares de soja. Nós chegamos a ter 30% do mercado de cultivares de milho.

Obviamente, quando as limitações foram removidas – as limitações do ambiente, as limitações legais –, veio o setor privado, fez investimento, ocupou espaço. E é absolutamente natural que – nós temos que encarar isso –, quando ocorre essa evolução, o setor público retraia – essa retração é natural – e o setor privado ocupe espaço.



Na nossa visão, não faz absolutamente nenhum sentido a Embrapa estar fazendo esforço, investimento de recursos públicos, para competir com empresas que estão cumprindo bem o seu papel. A nossa visão tem que ser de integração, de sinergia e de complementação; e não de competição. Esse eu acho que é um ponto muito importante. E é importante que o setor público incorpore e perceba o seu papel nos diferentes momentos – no momento em que está tudo por ser feito e no momento em que você tem grandes operadores no mercado e empresas atuando com eficiência.

O que não pode acontecer, em absoluto, é o setor público ser completamente eliminado desse segmento de inovação. Isso já aconteceu no mundo inteiro. Nenhum país – talvez com exceção da China ou da Índia – tem instituições como a Embrapa ou instituições públicas operando nesse mercado. Em todos os outros lugares do mundo, inclusive, os grandes produtores agrícolas praticamente desmantelaram todas suas instituições. O ARS, que é a instituição irmã da Embrapa nos Estados Unidos, praticamente não tem mais programa de melhoramento, não gera novas cultivares.

Portanto, nós estamos bem nesse sentido, porque nós temos uma estrutura e uma capacidade de operar nesse segmento no Brasil que é inigualável. Poucos países as têm. E é importantíssimo que a gente mantenha isso. O setor público não pode se afastar. Nós temos que operar e manter um espaço para sermos essa garantia e esse balanço, como uma cunha nesse mercado, garantindo o posicionamento estratégico do Estado, para que a gente evite desbalanços e riscos nesse segmento tão importante. Então eu acho que esse é um ponto crítico.

Muitos perguntam por que a Embrapa não tem mais 60% do mercado de soja. Não terá mais. É importantíssimo que a gente tenha uma parte desse mercado, que a gente aprenda e saiba lidar com esse mercado, inclusive com as inovações disruptivas que estão chegando.

A Senadora me pergunta como é que a Embrapa atua e como é que se dá a remuneração.

Outra coisa importante: não existem instituições públicas vendendo semente aos produtores. Isso não existe. Muitos acham que isso acontece, que a Embrapa produz, ensaca e entrega a semente aos produtores. Isso não acontece.

As instituições públicas precisam de operadores privados com os quais elas operem, elas atuem em sinergia, em parceria, para que as suas inovações cheguem ao mercado. Daí o risco de, tendo poucos operadores privados, as instituições públicas perderem o elo, perderem o caminho para o mercado de sementes. Essa é uma realidade. Nós temos então que manter certa diversidade de empresas no mercado, operadores que possam trabalhar com o setor público fazendo fluir para o mercado as inovações que o setor público gera. Do contrário, o setor público não terá braço e perna para chegar ao fim da linha, ao produtor. Essa é uma realidade. Então garantir a diversidade de operadores é



absolutamente fundamental para que tenhamos o balanço entre o público e o privado nesse segmento.

Outro ponto importante. Foi falada aqui muito a questão do orçamento, se a Embrapa tem orçamentos adequados para operar, se a Embrapa tem orçamentos adequados para nos ajudar a dar novos saltos. Eu, sinceramente, gostaria de trazer, antes da questão orçamentária, outra discussão que é extremamente importante que venha para esta Casa, que é a discussão dos mecanismos. Antes de discutirmos o orçamento que é necessário para as instituições públicas ocuparem espaço, é absolutamente necessário que discutamos que mecanismos são necessários para que o setor público possa participar, possa ser um ator importante nesse mercado.

A nossa certeza é de que, com os mecanismos que temos, com as limitações que temos, nós não conseguiremos ser operadores competitivos nesse mercado.

Nós precisamos dar ao setor público mecanismos de agilidade, de competência, de negociação, para lidar com as ferramentas e os conceitos de negócio que são dominantes aqui nesse mercado. E estamos fazendo isso. O Senador Blairo Maggi mencionou o PLS 222, para abertura de uma subsidiária da Embrapa, uma SA, que seria inteiramente controlada pela Embrapa e que nos daria o grau de liberdade e flexibilidade para negociar com o setor privado, para lidar com contratos extremamente sofisticados e complexos, para elevar nossa capacidade de operar no mercado e em interação com o setor público em igualdade de condições. Do contrário, nós temos que reconhecer, nós temos a Lei nº 8.666, nós temos contingenciamento de recursos. Nós temos que trabalhar mecanismos para nos livrarmos dessas amarras ou para que consigamos abrandar o mal que essas amarras nos trazem. Aí está uma grande oportunidade.

Então nós estamos muito mais empenhados agora, Senadora Ana Amélia, em trabalhar mecanismos, em discutir que mecanismos uma instituição como a Embrapa, a maior empresa de pesquisa agropecuária na América Latina, precisa ter para que ela seja uma operadora eficiente, competitiva, profissional, rápida nesse mercado, que é isto tudo: eficiente, rápido, competitivo. Se nós não tivermos os mecanismos, dificilmente vamos conseguir operar, mesmo tendo orçamentos muito bons.

Então, a questão orçamentária, na nossa visão, no momento é... Obviamente é sempre importante discutir orçamento, é sempre importante ressaltar a necessidade de se investir mais numa instituição como a Embrapa, mas, no momento, a discussão importante é de mecanismo.

Nós inauguramos, recentemente, uma iniciativa totalmente nova e inédita, acho que poucos sabem. A Embrapa e a Unicamp estão desenvolvendo um novo empreendimento, chamado Umip, unidade mista de pesquisa, inédito no Brasil, uma unidade compartilhada entre a Embrapa e a Unicamp. O que estamos fazendo? Tentando desenvolver um *pipeline* de desenvolvimento de ativos de



base biológica, novos genes, novos promotores, novos ativos que possam fluir para o mercado e viabilizar uma maior diversidade de atores e de operadores aqui no Brasil.

O Brasil precisa ter essa capacidade autóctone. As empresas são bem-vindas, deram uma contribuição importantíssima, estão dando uma contribuição importantíssima, estarão aqui por muito tempo, e é muito bom que estejam, mas é importante que o Brasil tenha uma capacidade autóctone. Nós precisamos ter a capacidade aqui dentro do nosso País, com instituições brasileiras, Embrapa, universidades, de desenvolver um *pipeline* próprio, nosso. Isso é possível. A Embrapa está dando mostras de que é possível. Nós somos praticamente a única instituição pública no Brasil que está transitando nesse mercado. Nós estamos num sistema de inovação aberta com a Basf, lançando no próximo ano uma soja transgênica. Nós fomos capazes de desenvolver a nossa própria soja transgênica de maneira autônoma, o feijão, com uma tecnologia extremamente nova, que vai ser lançada em 2015.

Agora, isso é suficiente? É com essa velocidade que nós vamos competir? Não. Nós precisamos de outros mecanismos. Nós precisamos desenvolver no Brasil um *pipeline* capaz de gerar essas inovações e esses ativos e nós precisamos ter um braço de operação no mercado que nos permita dialogar, interagir, ter contratos e relações com os nossos parceiros privados num outro grau de profissionalismo, de velocidade e de rapidez.

Então, antes de dizer que precisamos de R\$3 bilhões ou de R\$5 bilhões, o que eu estou dizendo aqui é que nós precisamos de mecanismos. E é importante que essa discussão venha aqui para a Casa. Essa discussão do PLS 222 virá. A discussão do *pipeline* que estamos fazendo com a Unicamp nós já estamos levando para o BNDES, porque nós temos que dar a isso uma visão de empreendimento. É um empreendimento público entre uma universidade e uma instituição de pesquisa, mas as duas têm transito e sabem como fazer isso. E nós temos que ter a coragem de mostrar para o mundo que nós também sabemos fazê-lo. É possível desenvolver no Brasil um *pipeline* semelhante ao que a Monsanto tem, que a Basf tem ou que a Bayer tem.

Eu acho que isso o Brasil deve conquistar em função do tamanho, da dimensão e da importância estratégica da nossa agricultura. Nós não podemos abrir mão de construir essa capacidade, assim como não podemos abrir mão de trabalhar interações e relações produtivas com todas as empresas. Estamos fazendo isso com sucesso. Nós temos casos de inovação aberta da Embrapa com as empresas que são casos de sucesso. Agora, nós queremos fazer mais.

Eu acho que temos que pensar seriamente na questão dos mecanismos. Esta é a mensagem importante que eu trago, aqui falando pelo setor público, pela maior empresa de pesquisa agropecuária do Brasil, e eu acho que falo também pelos nossos parceiros: há necessidade de pensarmos, modelarmos e viabilizarmos mecanismos para que o setor público seja um *player* importante



nesse mercado. Isso é importante para o Brasil. Isso é importante para a nossa agricultura.

Há outros pontos que a Senadora colocou, por exemplo, a questão da agricultura familiar, essa diversidade. O Brasil é complexo, é plural, é diverso. Nós não podemos trabalhar com esse conceito de uma solução só para todos. O Brasil precisa de muitas soluções para a agricultura. Essa diversidade de alternativa, a diversidade de escolha é extremamente importante.

Outra coisa que eu vi discutida aqui foi que nós falamos muito em número de empresas. Eu tenho dúvidas se analisar essa questão na perspectiva do número empresas é uma maneira adequada. Nós temos que analisar na perspectiva do número de alternativas tecnológicas que estão permeando esse mercado. De repente, nós temos muitas empresas, mas se pode perguntar: empresas trabalhando com que alternativas tecnológicas? Pode ser um número enorme de empresas, mas um conjunto muito restrito e pequeno de alternativas tecnológicas. Eu acho que o desafio aqui é pensar muito mais a ampliação das alternativas tecnológicas, a ampliação de escolhas do que necessariamente a ampliação do número de empresas, porque a concentração pode-se dar aí também. A concentração não se dá necessariamente pela restrição no número de empresas. Ela pode se dar pela restrição nos modelos de negócio e nas alternativas tecnológicas disponíveis.

Então, visualizar esse conjunto de necessidades... O Brasil precisa ter alternativas para agricultura orgânica, um mercado fantástico, em crescimento. Nós precisamos ter melhoramento genético, empresas de sementes fornecendo e atendendo a esse imenso mercado, que vai crescer tremendamente.

Frutas. Eu acho que o Minaré falou sobre os mercados mais sofisticados, de alto valor agregado, que precisam ser ocupados. A gente precisa lançar um olhar para esse segmento e perguntar: nós temos a indústria que está olhando para essas oportunidades, para essas possibilidades e dando o apoio, o suporte que é necessário? Não sei. Nós precisamos olhar também para essas alternativas.

Foi nesse sentido, Senadora Ana Amélia, que eu falei, no início, em lançar um olhar, digamos, mais criativo – não vou usar de novo essa... Porque as possibilidades vão muito além desse segmento e dessas questões que nós estamos avaliando aqui agora.

Paro por aqui, Senador, para não monopolizar muito a discussão e dar oportunidade também aos colegas de se manifestar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Márcio Santos, da Monsanto.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Muito obrigado, Senador; muito obrigado, Senadores, pelas questões levantadas, pelas colocações feitas.



Vou-me limitar a três pontos que foram levantados, o primeiro, pela Senadora Ana Amélia, sobre um assunto que eu particularmente, nós da Monsanto gostamos até de falar, que é muito convergente com a exposição brilhante que a Senadora Kátia Abreu fez a respeito de buscar soluções negociadas.

V. Exª fez uma pergunta sobre como estamos hoje. Houve um ruído, uma discussão foi criada, e eu acredito que hoje a minha resposta para V. Exª é que nós estamos felizes com a solução que nós encontramos. Esse é o nosso sentimento. E a razão desse sentimento é que nós entendemos que essa solução traz um benefício para o nosso cliente, que é o nosso maior ativo. O nosso maior ativo, na verdade, não são os nossos produtos. O resultado da nossa empresa não é a soma dos nossos produtos. Aquele resultado que foi citado por alguns, o nosso resultado é a soma do que os nossos clientes decidem usar dos nossos produtos. Esse é o nosso maior ativo.

Foi divulgado, foi colocado que a gente teve uma questão grande com o pessoal do Mato Grosso. Imagino que o Senador Blairo tenha acompanhado isso. E ao longo dos últimos meses, nós construímos uma solução de consenso capitaneada pela CNA e outras federações, outras entidades, inclusive do Rio Grande do Sul. Nós chegamos a uma solução de consenso que pacificava essa questão e, ao longo dos últimos meses, discutimos muito com o pessoal do Mato Grosso e, por último, agora, conseguimos inclusive ampliar o que tinha sido discutido antes e chegamos a uma solução de consenso também com o pessoal do Mato Grosso. Isso foi divulgado há duas semanas.

Então, hoje a gente está muito contente com isso que vem sendo construído ao longo dos últimos meses pela via da negociação, e respeitamos que em alguns momentos se judicialize. Até entendo que, em alguns momentos, isso é necessário, mas a gente acredita muito na solução negociada e hoje a gente tem uma solução para essa questão que foi levantada. Isso esgota...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Um aparte, Sr. Presidente, apenas para considerar que essa negociação não foi também tão cândida e santa assim. Porque os produtores ganharam na Justiça por duas vezes, vocês vieram para a negociação. Isso não tem importância. A vida é assim. Judicializa, se negocia. Eu só acho que poderia ter sido facilitado, não deveria ter chegado ao extremo que chegou para essa negociação. Então, essa foi uma experiência ruim em que a Monsanto se negou a negociar e foi preciso os produtores gastarem energia, gastarem dinheiro, enfrentar o estresse, desviando sua concentração da produção para enfrentar a Monsanto.

Obrigada.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Eu não quero contrapô-la, Senadora. Acho que a senhora colocou muito bem a questão. Na verdade, a gente vem de conversas que se iniciaram em abril do ano passado, e muitos acompanharam



isso antes da judicialização. Mas, enfim, o ponto é onde estamos hoje. Acho que, infelizmente, para todos, a gente conseguiu uma solução.

Por outro lado, isso não extingue totalmente as discussões, as judicializações. Há outros casos que vão continuar existindo e que nós respeitamos, mas a gente vai sempre buscar uma solução que atenda ao nosso cliente.

O segundo ponto que eu queria comentar é a respeito do que o Senador Blairo colocou sobre os contratos e as limitações, os direcionamentos em relação a volumes dessa ou de outras cultivares ou variedades. Senador, talvez esteja havendo, de novo, alguma lacuna na comunicação, mas eu gostaria de afirmar a V. Exª e a todos os presentes que – e aqui nós temos representantes da indústria de sementes, tanto a Abrasen e, como V.Exª mencionou mesmo, o Presidente da Abrass – isso não existe por parte da Monsanto. Então, eu preciso respeitosamente pedir para fazer esta consideração: isso não existe.

Como produtor rural que sou, assim como V. Exª e imagino que muitos outros, eu também gostaria de deixar ciente que, se isso existisse, não funcionaria, porque o produtor rural tem a opção de salvar semente para o uso próprio. No fim do dia, se eu não encontrasse o produto que eu quisesse, em última análise, eu iria produzir para mim mesmo e essa norma não surtiria efeito.

Voltando à primeira parte, respeitosamente, eu só gostaria de fazer esse comentário de que isso não existe.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Márcio, nós não vamos ficar discutindo isso aqui.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Sem dúvida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, depois, no particular, nós podemos tratar do assunto.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Podemos. Sem sombra de dúvida. Agradeço.

O terceiro ponto é com relação às opções que foram faladas. Eu gostaria só de mencionar – de novo, não gostaria muito de trazer só para a questão da Monsanto, mas, como estou aqui, preciso colocar isso – que nós acreditamos que o produtor precisa ter opções. E nós, neste momento, inclusive, estamos lançando uma nova opção, uma nova tecnologia, e o produtor vai optar se usa ou não; é uma decisão dele.

Em alguns momentos, os produtores vão querer usar nova tecnologia, a Intacta, e não vão encontrar semente disponível. Isso está acontecendo. A gente vive, inclusive, essa angústia. Muita gente fala: “Olha, eu gostaria de usar.” Não tem. Isso também acontece com alguma variedade de RR e também com alguma variedade convencional. Isso é fruto de... O processo produtivo de semente depende do clima. É um processo que depende da natureza. Você pode ter oscilações e, às vezes, o produtor não vai conseguir encontrar semente.



O que nós acreditamos, como corporação, é que nós temos de dar opção ao produtor. E nós somos uma das únicas três empresas neste momento que estão oferecendo ao produtor as três opções. O produtor encontrará variedade da Monsanto no mercado com a tecnologia convencional, com a tecnologia RR, que não é mais cobrada, e com a tecnologia Intacta. Só três empresas no mercado têm essas três. Muitas já estão, inclusive, virando para a última plataforma, mas nós, não. Nós continuamos oferecendo as três opções para o produtor.

Esses eram meus comentários.

Mais uma vez, gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não quero deixar passar em branco o reconhecimento à Monsanto, já que também fiz críticas. Devo fazer o reconhecimento dessa questão da Intacta. Vocês já tinham o registro aqui no Brasil para vender na Europa e nos Estados Unidos. E a China, nosso maior comprador, não havia se manifestado, não tinha dado ainda o o.k. para receber essa tecnologia. A Monsanto, por dois ou três anos, retirou do mercado, assumiu grandes prejuízos e não deixou essa semente ir para a segunda etapa, ir para a mão dos produtores, para não contaminar o mercado e, de repente, os exportadores sofrerem com a não aceitação de navios na China, principalmente na China, que é nosso comprador.

Então, queria só também aqui deixar registrada a atitude e a responsabilidade que a empresa tem ao colocar uma tecnologia nova no mercado. Não significa só conseguir, através da CTNBio e dos órgãos brasileiros, autorização para produzir aqui. Ainda é preciso autorização para consumir lá e, como eles não conseguiram, sustentaram isso por dois ou três anos, recolhendo semente no mercado, não deixando que, com isso, contaminassem a agricultura ou as lavouras em si.

Queria deixar esse registro e parabenizar a Monsanto pela atitude que teve, porque acompanhei de perto esse assunto e sei que foram alguns milhões e até bilhões de prejuízo com esse negócio.

O SR. MÁRCIO SANTOS – Agradeço Senador, Senadores. E faço um pequeno comentário, já que o senhor tocou no assunto. Essa biotecnologia a que o Senador Blairo Maggi se refere é a primeira biotecnologia lançada por uma multinacional para um mercado fora dos Estados Unidos e é o primeiro produto de biotecnologia lançado no Brasil, então, é um investimento significativo para um mercado que não os Estados Unidos e que nos trouxe tudo isso.

Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Na sequência, Dr. Reginaldo Minaré.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Com relação ao questionamento da Senadora Ana Amélia sobre se a CNA tem sido feliz na busca pelo entendimento, Senadora, eu procuro sempre analisar as questões não com o olhar do arquiteto – admiro muito o trabalho do arquiteto –, mas gosto sempre de olhar o desenvolvimento das ações com o olhar do engenheiro calculista, porque permite que se desenhem grandes projetos, mas, para colocar aquele projeto de pé, é necessário que haja um efetivo cálculo e se acerte na prática.

Então, analisando a situação de uma forma mais abrangente, essas questões, os ruídos que ocorreram, as ações judiciais que ocorreram nesse início de introdução da biotecnologia moderna, tudo foi até muito pequeno diante da complexidade do tema, por si só, e da pouca experiência de atuação que se tinha nesse ponto. Então, discutiu-se judicialmente a validade, qual era o prazo máximo de cobrança de *royalties* com relação à questão da tecnologia RR. Provavelmente, outras ações judiciais terão início. Com relação a essa questão do limite das datas, de quando começa e termina uma patente, devido à estrutura da Lei de Patentes, que é nova, há até uma ação no Supremo. Então, é uma situação abrangente.

No que diz respeito à negociação, eu vejo que sempre se caminhou de alguns extremos para um entendimento. Por outro lado, a gente trabalha também com a questão, como coloquei anteriormente, da inovação no processo de regulação. Por exemplo, as cobranças de *royalties* têm ora um valor quando o agricultor afirma que está usando aquela tecnologia, ora outro valor quando o agricultor não informa e é identificado na moega, vamos dizer assim.

Então, eu vejo que o pano de fundo para essa falta de comunicação do agricultor e até essa cultura que se criou, antes da introdução da biotecnologia moderna, era que se guardava grãos para plantar e, assim, se estaria isento do pagamento de *royalties* por aquele específico caso da proteção da variedade que não tinha a biotecnologia moderna. Hoje, a biotecnologia moderna não tem essa possibilidade de guardar para uso; sempre terá que se pagar esse direito de propriedade. Então, essas questões culturais também têm que ser trabalhadas no universo dessas discussões, pois nem sempre um ou outro agricultor têm essa visão ou alguém explicou a ele como, de fato, é esse emaranhado normativo que existe e com o qual a gente precisa conviver.

Alternativas no caso de uma falta, por exemplo, de opção para o agricultor. No início, eu também disse que o agricultor pode optar; que ele não precisa comprar essa ou aquela tecnologia, essa ou aquela semente. Agora, se ele não encontra alternativas de sementes no mercado, aí, como o Senador Blairo Maggi colocou, já é um problema de concorrência.

E há ainda outra questão: manter uma diversidade de empresas no mercado. Manter essa diversidade de empresas no mercado é algo extremamente



complicado de se pensar quando a gente imagina aquela estrutura que uma empresa tem que ter para competir nesse mercado. Então, se uma empresa começa a trabalhar e, amanhã ou depois, a soja, na bolsa de Chicago, vai muito mal, o agricultor pode não plantar a soja e plantar o milho. Daí, aquela empresa que produziu todas aquelas sementes para abastecer o mercado terá que vendê-las como grão; e, aí, o preço é totalmente diferente, sendo que o custo que ela teve foi muito grande. Então, é um mercado que exige uma competência, um aporte e uma capacidade financeira muito grande, com planejamento e tudo mais.

Então, como manter? Quando eu falei do aporte de recursos para a Embrapa, para as empresas públicas regionais, eu o fiz pensando criar um elemento de equilíbrio de concorrência. Se porventura está acontecendo essa supremacia de uma determinada tecnologia sobre as demais, não por uma opção deliberada dos usuários, mas por uma questão de guerra comercial, o Poder Público, tendo essa estrutura, poderia lançar mão dela para equilibrar o mercado. Esse seria um outro instrumento além do Cade. Mas, para isso, é preciso ter a estrutura; é preciso ter o banco de germoplasma e tudo mais.

Com relação aos fertilizantes, a CNA está trabalhando no estudo dessa cadeia, e temos já uma sinalização de mudança do Código de Mineração, o que é importante, pois se uma empresa tem uma área de mineração que é necessário desenvolver para ofertar aquele mineral ao agricultor, que o faça e não fique tempos sem explorar, apenas administrando o seu mercado. Então, esse Código de Mineração pode ser uma excelente ferramenta para estruturar.

Por outro lado, nós temos alternativas na área de biotecnologia. Por exemplo, o Brasil é um país rico na biodiversidade de microorganismos. A Embrapa, a Seropédica, se não me engano, tem uma série de linhagens desenvolvidas para a fixação de nitrogênio na terra, mas encontra dificuldades. Conversei com pesquisadores da Embrapa e eles me disseram ter dificuldades em colocar essa tecnologia no mercado. Como a Embrapa não tem o braço de venda do produto, ela precisa de empresas parceiras no mercado, e essas empresas nem sempre têm... Não é até o interesse; elas têm medo, porque a contrapropaganda de quem vende ureia é grande. Assim, terá também de haver uma mudança no perfil da mão de obra do produtor. De repente, ele precisará operar uma mudança no seu manejo, no seu processo de cultivo para utilizar essa nova tecnologia. E ele, de repente, não tem um vizinho com quem ele comente se deu certo ou não na sua lavoura. Como ele não sabe se na dele dará certo, pode não querer arriscar. Essa é a problemática da introdução dessas novas tecnologias principalmente para culturas de menor proporção.

Então, eu vejo que esse incentivo às empresas públicas na linha de terem ou um braço para levar essa tecnologia, ou uma capacidade maior de fazer parceiras com empresas, dentro de uma visão mais participativa do Poder Público, eu acredito que seria um caminho interessante.



Estamos trabalhando essas duas linhas de solução no químico e no biológico. Não é um assunto que já está fechado, como, por exemplo, os agrotóxicos, mas temos já um desenho da estrutura de mercado e algum desenho do que poderia ser proposto como solução.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra agora ao representante da Abrasem, Dr. Paulo Eduardo de Campante.

O SR. PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS – Senador, com relação aos questionamentos, foi-me dirigida uma indagação de como a Abrasem enxerga o papel da Embrapa.

Eu acho que o Maurício já colocou com muita propriedade – e nós compartilhamos 100% de seu pensamento – o papel da Embrapa hoje para o setor, e não só para o setor, mas para o Brasil, como instituição de pesquisa.

A Abrasem, nos últimos dois ou três anos, funciona através dos comitês de diferentes espécies. No comitê de soja da Abrasem, nós fizemos inúmeras reuniões com fundações de pesquisa, que são os braços da Embrapa com relação a sementes, produtores de semente, que fazem esse papel de trazer a genética Embrapa e colocar essa genética no mercado, nós fizemos muitas reuniões com eles exatamente para verificar como é que nós podemos oxigenar esse processo junto com as fundações; como é que as fundações poderiam participar mais ativamente do processo. Então, a gente vê o papel da Embrapa como muito importante em todo esse processo relativo a sementes.

A gente até sugeriu, num documento à Embrapa, que ela capitaneasse uma rede nacional de pesquisa, com as fundações, com os institutos públicos de pesquisa, o que é muito parecido com o que o Maurício coloca, que é a Embrapa ter esse braço, ter esse papel forte de atuação. Ela teve um papel importantíssimo de limpa-trilhos, mas ainda tem um papel fundamental no setor, e a gente acredita que é importantíssimo a Embrapa estar atuante, estar presente nesse mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agora, com a palavra o Dr. Pedro Lyra, representante do Cade.

O SR. PEDRO LÚCIO LYRA – Eu gostaria, novamente, de agradecer as contribuições dos Senadores, que foram bastante densas, bastante bem informadas e só reforçam o aspecto que eu mencionei no início, qual seja a importância de o Cade estar presente e poder receber um pouco dessa experiência dos senhores, que têm um contato bem mais amplo com a sociedade do que nós, infelizmente; enfim, felizmente para o Senado e para a democracia.

Eu ouvi os produtores, os agricultores, os setores afetados e queria fazer um pedido. Até em razão desse contato que venho tendo principalmente com os assessores econômicos ou advogados das empresas interessadas nos processos no Cade, a gente acaba falando um pouco o jargão. Por isso, devo ter



confundido um pouco, não fui bastante claro quando falei dos processos de licenciamento no início, da questão que a Senadora Ana Amélia colocou.

Só para esclarecer, a aprovação na CTNBio é um dado prévio. Apenas após essa aprovação é que o Cade vai analisar. Inclusive, a Secretaria de Direito Econômico, que era o órgão que antes instruía os processos do Cade, antes da mudança da lei no ano passado, tinha assento na CTNBio. Então, a gente sabe que a CTNBio é bastante rigorosa e realmente os processos levam um tempo razoável para serem aprovados.

Também gostaria de ressaltar a preocupação com o tempo. Hoje, um processo de aprovação no Cade, quando é simples, sumário – como os casos de licenciamento não exclusivo têm sido –, demora menos de 20 dias para ser aprovado na superintendência. É um prazo bastante razoável. A preocupação é que esses licenciamentos, na verdade, não são licenciamentos para uso da semente, são o licenciamento da empresa que é detentora da tecnologia para outras empresas fazerem desenvolvimento tecnológico em cima. É o caso mencionado na apresentação do Dr. Maurício, da Monsanto, para a Bayer, para a Syngenta; esse tipo de relação que está em discussão. Então, na verdade, não é para aprovar o uso da semente, isso é com a CTNBio mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – *(Ininteligível.)*

O SR. PEDRO LÚCIO LYRA – Isso, exatamente. Só para esclarecer, o critério para obrigar as empresas a apresentarem um ato para o Cade: empresas que faturem de uma das partes R\$700 milhões e outra parte pelo menos R\$70 milhões. Então, como são empresas gigantes, Syngenta, Monsanto, acabam sendo apresentadas e a discussão de hoje é se esses atos de licenciamento não exclusivos devem ser apresentados, porque, até o momento, o Cade tem aprovado todos, sem restrições. Então, aparentemente, não há preocupações concorrenciais maiores com relação a eles.

O Senador Suplicy havia perguntado a respeito do levantamento do número de empresas. Eu não tenho esse número aqui. O Cade avalia casos concretos e acho que não temos estudo de mercado sobre mercados mais abrangentes. Podemos levantar esses dados a partir dos casos que nós temos. A única coisa que eu pediria é que a Comissão enviasse um ofício questionando isso, só para restringir qual é a pergunta. Porque o número de empresas atuantes no mercado é um pouco a dúvida que eu tenho com relação ao gráfico que o Dr. Márcio apresentou, o número de empresas que hoje atuam, qual mercado ele está considerando, porque o Cade considera um mercado concreto, específico. Então, uma discussão que se teria: mercado de sementes é um mercado só? Não sei se aquele gráfico considerava todas as sementes. Então, convencionar as transgênicas para milho, para algodão e para soja. Isso é tudo a mesma coisa? A gente tem que segmentar? Segmenta-se por Estados? Segmenta dependendo do tipo de praga que se está querendo combater? A discussão sobre o número de



empresas, na verdade, para o Cade, discute-se no caso concreto, o número de empresas que de fato podem oferecer para o agricultor a semente que ele quer. Alguém precisa definir um pouco qual é o mercado para passar uma estimativa de número de empresas.

De fato, a missão do Cade é lidar com desvios de conduta relativos ao abuso de poder econômico, conforme está estabelecido na Constituição. Normalmente se costuma dizer: “Ah não, a agricultura é muito pulverizada.” Esse não é um setor pulverizado. O setor de tecnologia intensiva pode apresentar problemas e por isso a nossa preocupação com ele hoje. Mas em outras políticas, como o Dr. Reginaldo estava mencionando, para estimular, de fato, o Cade meramente aplica a lei. Talvez outras políticas para estímulo tenham que ser definidas pelo Ministério da Agricultura, pela Embrapa, pelos órgãos competentes.

Com relação a estabelecimento de conselhos para acordos de preço, a única coisa que me preocupa um pouco – embora eu entenda neste caso que o Cade tenha entendido que quando há uma negociação coletiva em razão de serem justamente empresas com muito poder de mercado e consumidores desagregados ou pulverizados como os agricultores, é um mecanismo importante –, nossa única preocupação é que não sejam definidos preços que limitem a concorrência ou que prejudiquem o consumidor final, estabelecendo um aumento artificial de preços. Então, sempre preocupa. Há um conselho que se reúne para que se tomem os cuidados e isso não vire contra o consumidor ou contra o próprio agricultor, como nos casos de empresas beneficiadoras, que são em número menor, que se juntam para definir um preço de compra, por exemplo, o problema que tivemos no cartel dos frigoríficos, há uns anos – o Cade julgou acho que em 2007 –, que eram justamente frigoríficos concentrados definindo preços para a compra ao produtor, gerando prejuízos para ele.

Temos diversos processos que já tramitaram no Cade – sei que um ainda está tramitando – relativos aos beneficiadores de leite, por exemplo. Há empresas pequenas e consumidores desagregados, então, há um poder de mercado grande. Se houver algum movimento entre as empresas beneficiadoras de estabelecer um benefício único, isso provavelmente será uma infração à ordem econômica e deverá ser punido com multas pesadas pelo Cade.

Preocupou-me muito a colocação do Senador Blairo Maggi sobre os contratos que obrigariam os agricultores a terem uma determinada produção de semente apenas da empresa Monsanto – no caso que mencionou – para se ter acesso à tecnologia. Isso pode ser um problema concorrencial grave e, certamente, preocupa o Cade. Claro que vamos ter que avaliar se a Monsanto tinha o poder de mercado efetivo nessa situação, se isso foi feito de maneira clara, se realmente consta nos contratos ou se, aparentemente, pelo que o Dr. Márcio falou, não é uma prática da empresa. Agora, precisa-se avaliar se não é uma prática de fato. Da mesma forma, o argumento de que: “Olha, isso não teria efeito para o agricultor” também deve ser avaliado, porque pode haver diversas formas



de pressão, ações judiciais, recusa de venda, fornecimento, justamente para obrigar o agricultor, pressionar o agricultor a aderir a esse programa. Se isso for configurado, realmente demandará uma investigação do Cade, é bastante preocupante.

Enfim, eram essas considerações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Finalmente, concedo a palavra ao representante, Sr. Décio Lauri Sieb.

O SR. DÉCIO LAURI SIEB – Eu queria começar com o exemplo que o Senador Blairo Maggi colocou aqui sobre a questão dos integrados de frango, um exemplo típico que vivemos hoje. O agricultor familiar lá integrado, o papel dele hoje é simplesmente fornecer a mão de obra e alugar o galpão onde são criados os frangos. Esse é o papel que ele faz hoje. Todo processo, toda ração, os insumos, o material, a tecnologia, tudo é das empresas. É uma realidade a que se chegou hoje na produção de frangos. Nossa preocupação é: onde vai parar esse processo na questão da produção de sementes.

Essa questão de a produção de sementes ser da mantenedora da Embrapa, das OEPAs tem que ser de fato fortalecida. Não podemos ficar reféns de duas ou três empresas que serão as mantenedoras, as produtoras das sementes básicas para depois distribuir para reproduzir. Isso é fundamental.

Sobre a questão das sementes que o agricultor pode salvar, há limite. Porque, depois da produção da semente S2, não há mais garantia, não há mais seguro quando se vai fazer financiamento. Você é obrigado a voltar e buscar novamente sementes básicas. Então, isso não resolve o nosso problema. Sabemos que, na questão das produções tradicionais, de sementes crioulas, temos a garantia de que não se precisará do registro, há a cobertura; mas as sementes comerciais não têm esse processo.

O que o Blairo Maggi colocou muito bem nesse sentido? Que precisamos democratizar esse processo da produção de sementes no País, ter mais empresas pesquisadoras, ter empresas que produzam, desenvolvam as sementes, mas também empresas pesquisadoras, como colocou o representante da Embrapa.

Outro ponto diz respeito à questão da produtividade, da tecnologia. Nós não somos contra a tecnologia; ao contrário. Nós queremos que seja desenvolvida a tecnologia.

Na área da assistência técnica, como disse a Senadora Kátia Abreu, hoje está se construindo a Anater, uma construção conjunta entre a sociedade e as entidades de representação, entre a sociedade e o Governo, para haver uma agência nacional de assistência técnica que possa cobrir uma assistência técnica de qualidade e em quantidade para o nosso público, porque nós queremos explorar o potencial das cultivares tanto crioulas como tradicionais, convencionais.



Muitos agricultores familiares estão hoje nos transgênicos. Nós sabemos dessa realidade, mas realmente precisa haver uma assistência técnica de qualidade para explorar esse potencial.

Também precisamos desenvolver a produção de sementes orgânicas. Hoje, praticamente não existem sementes orgânicas no mercado. Então, quem vai desenvolver? Nenhuma empresa se interessa, porque não gera lucro, e isso precisa ser desenvolvido. Então, se as empresas não desenvolvem, quem vai desenvolver? Precisamos de um estímulo do Estado, de políticas públicas para desenvolver as sementes orgânicas, para que realmente esse espaço seja mais bem ocupado.

Em função disso, a questão da... Para nós, o que é preciso? Primeiro, aumentarmos a produção de alimentos saudáveis para a sociedade; e, segundo, tirarmos essa pecha de que o País, hoje, é um dos maiores consumidores de agrotóxicos. A Senadora Kátia colocou que não é agrotóxico, mas basta olhar o rótulo das embalagens que verá escrito bem claro: produto tóxico. Então, para a agricultura é agrotóxico, porque é um produto tóxico.

E outro ponto, para finalizar, é a questão da criação do conselho. Eu concordo plenamente com a Senadora Kátia Abreu. Precisamos criar um conselho para discutir, aprofundar o assunto, com a representação da sociedade civil, das entidades de representação de classe e do governo. É necessário criar um conselho em nível nacional para discutir política e tecnicamente esse processo e também criar os conselhos estaduais para que o nosso público, lá nos Estados, lá nas nossas regiões, possa participar dessa discussão, que é fundamental para o País.

Inclusive ontem estivemos em uma audiência com o Deputado Alceu Moreira para discutir a questão do leite. Hoje, nós temos a Câmara do Leite. É fundamental que nós criemos também um conselho dessa área, um conselho do leite, para discutir politicamente com as entidades de representação. Hoje, as comissões, as câmaras que existem muitas vezes são totalmente desfavoráveis às entidades que participam. Há apenas uma representação de uma categoria e dez representações de outras. Então, é preciso construir um regimento de participação igualitária em que todos os setores possam ser representados e aprofundar essa discussão para realmente avançar nesse processo, a fim de que não tenhamos, cada vez mais, essa concentração que hoje está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Bom, só nos resta agora agradecer à Senadora Ana Amélia pela iniciativa da proposição para que nós pudéssemos fazer, através da Comissão, esta audiência pública. E também agradeço aos Senadores que participaram ativamente desta audiência pública.

Queria agradecer, finalmente, aos nossos convidados: Pedro Lyra, representante do Cade; Dr. Márcio, da Monsanto; nosso prezado companheiro



Maurício Lopes, da Embrapa; Reginaldo Minaré, da Confederação Nacional da Agricultura; o Sr. Décio Lauri Sieb, da Contag; e o Paulo Eduardo, da Abrasem.

Eu queria apenas fazer aqui uma observação. Nós percebemos, Maurício, o que representa e o que significa esse setor. A audiência pública vai completar três horas e meia, Senadora Ana Amélia. Por quê? Por conta da riqueza do setor, da riqueza de informações que nos trouxeram.

É lógico que há um sentimento, na Comissão de Agricultura, de que possamos aperfeiçoar, melhorar não só o setor agrícola do País, mas também as instituições que cuidam dessa atividade.

A agricultura familiar, realmente, como bem disse o Eduardo, tem tido hoje uma importância significativa para a produção de alimentos no País. Tem sido tratada também com olhos benevolentes, é lógico, diferentemente do passado, quando o agricultor familiar praticamente não existia. Ele sobreviveu em função da capacidade de trabalho de cada um que vive no campo.

Então, nós queremos, ao terminar a nossa gestão nesta Comissão, deixar um legado importante para o setor. Há um fato interessante aqui: a maioria dos Senadores ou praticamente todos que compõem esta Comissão são oriundos, originários do setor primário, do setor agrícola, do setor do agronegócio ou têm uma dependência exclusiva desses setores. Foi feito um trabalho para que pudéssemos escolher aqueles que realmente têm conhecimento profundo do que significa a agricultura no País.

E vou repetir, para encerrar: um país como o nosso, que tem água, sol e solo da melhor qualidade do mundo, tem que ser o primeiro em tudo, e vamos trabalhar para que possamos ser aquilo que todos dizem: o Brasil será o celeiro de produção de alimento para abastecer o mundo. Ainda não é. Precisamos chegar a isso, Presidente Maurício, porque ainda há muita gente passando fome, morrendo de fome, porque falta alimento. Se nós tivermos essa capacidade e essa visão... A iniciativa privada e o Poder Público têm que fazer com que as coisas aconteçam.

Então, Senadora, mais uma vez, muito obrigado a V. Ex^a, que tem nos proporcionado momentos de muita alegria no que diz respeito a esse setor, que realmente contamina todos nós.

Uma pessoa que não gosta de fazer agricultura, não gosta de agricultura logicamente vai passar a comer isopor, porque é através desse setor que nós produzimos alimentos que abastecem o Brasil e o mundo.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Presidente, apenas ratificar os seus agradecimentos aos expositores, todos da melhor qualidade, e fazer um convite. Amanhã, às 14 horas, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – e queria lhe agradecer novamente – promoverá um debate público sobre o endividamento agrícola voltado à Região Sul do País e também contará com uma



participação popular. Agradeço a participação da assessoria desta Comissão na pessoa do Marcelo e também da área de comunicação da TV Senado, que transmitirá a audiência para todo o Brasil, com interatividade, perguntas. Esse tem sido um espaço muito importante de debate dos problemas que afetam e afligem os agricultores brasileiros.

Renovando o agradecimento, hoje foi uma manhã extremamente rica, uma verdadeira aula sobre um assunto crucial do qual depende o presente e o futuro do nosso País em relação a uma produção agrícola com sustentabilidade, com qualidade. Essa produção, cada vez mais, projeta o Brasil como protagonista mundial na produção de alimentos.

Agora já se sabe que, mais do que os ativos de especulação, os papéis imobiliários ou quaisquer outros, o grande ativo do mundo está na produção de alimentos, na reserva de água e, em todas essas áreas, na produção de agroenergia, de biocombustível. E o Brasil, em todos esses aspectos, tem um papel extraordinário.

Precisamos, como disse o Presidente Maurício Lopes, criar um ambiente favorável, com os instrumentos que facilitem a este maravilhoso País andar muito mais rápido do que pode. Já fez muito, mas pode muito mais.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

Renovo o agradecimento a todos os excelentes expositores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Eu queria, para encerrar, agradecer às pessoas, aos assessores, à imprensa, a todos os que participaram deste encontro do político e do empresário com a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião e convoco a próxima.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)